

e|ling^U_P

Revista Eletrónica de Linguística dos
Estudantes da Universidade do Porto
*A Students e-journal of Linguistics
from University of Porto*

Diretores:

António Leal
Purificação Silvano

Editoras:

Rute Rebouças
Ana Sofia Pinto
Inês Cantante
Mariana Ribeiro

Secretariado Editorial:

Ana Fidelis
Ana Luísa Fernandes
Bruna Costa
Catarina Varela
Cecília Ortiz
Cláudia Couto
Cristiana Dias
Daniel Monteiro
Fábio Granja
Francisca Zagalo
Glória Oliveira
Igor Soares
Joana Gomes
João Albergaria
Joel Santiago
Jorge Carvalho
Maria Oliveira
Marina Salimon
Nana Yu
Pedro Raínho
Renata Rodrigues
Rui Lopes
Sabine Bieltz
Sofia Pinho-Silva
Tatiana Moura

Comissão Científica:

Alexandra Guedes Pinto
Ana Maria Brito
Ângela Carvalho
Celda Morgado
Clara Amorim
Clara Barros
Elena Zagar Galvão
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Idalina Ferreira
Inês Oliveira
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
João Veloso
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Pinto
Rogélio Ponce de León Romeo
Rui Sousa Silva
Sónia Valente Rodrigues
Thomas Hüsgen

FICHA TÉCNICA

eling^{UP}

Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto
A students' e-journal of Linguistics from University of Porto

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/>

Vol. 12 | N.º 2 | 2023

Periodicidade: Bidual

Logótipo e Capa por: Teresa Ribeiro

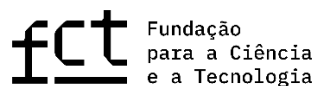
Os artigos publicados estão sujeitos a avaliação.

A Revista está registada na OJS, Bielefeld, Latindex e Worldcat OCLC e está indexada na base de dados Communication Source.

ISSN 1647-4058

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020.



ÍNDICE

Nota Editorial	5
Entrevista à Professora Doutora Gerda Haßler	7
Artigos	
Político vs. Político: análise de interações de conflito Cátia Filipa Dias Ferreira	16
Problemas na tradução automática do clítico vs. tradução humana do Espanhol para o Português Europeu Andreia Almeida	30
Análise dos gestos enfáticos e relação com o conteúdo verbal em discurso político: Patrice Talon vs. Emmanuel Macron Alban Aminou Zossou	42
Ditadura Militar: uma análise discursiva do funcionamento do algoritmo do Google Giselly Tiago Ribeiro Amado	63

Nota Editorial

É com um enorme regozijo que apresentamos o segundo número de 2023, correspondente ao décimo segundo volume da Revista eling^{UP}. O presente número inclui uma entrevista e quatro artigos nas áreas da Pragmática e Análise do Discurso e, ainda, na interface da Sintaxe e Tradução.

Destacamos, em primeiro lugar, a entrevista à Professora Doutora Gerda Haßler, Professora de Linguística Teórica e Aplicada no Instituto de Estudos Românicos da Universidade de Potsdam, figura incontornável da Linguística, nomeadamente no estudo da Semântica, História da Linguística e Gramática Funcional das Línguas Românicas. Deixamos, portanto, um especial agradecimento à Senhora Professora por ter aceitado o nosso convite e pela tarde bem passada.

O primeiro artigo, *Político vs. Político: análise de interações de conflito*, da autoria de Cátia Ferreira, propõe analisar duas situações de conflito retiradas dos diários da Assembleia da República, com o intuito de perceber de que forma estes mecanismos são usados pelo locutor para construir uma relação de (des)cortesia.

O segundo artigo do presente número é de Andreia Almeida e intitula-se *Problemas na tradução automática do clítico vs. tradução humana do ES para o PE*. Neste trabalho, a autora apresenta como objetivo a identificação de problemas na tradução automática do pronome clítico do Espanhol para o Português Europeu.

Alban Zossou é o autor do terceiro artigo – *Gestos enfáticos em discurso político: Patrice Talon vs. Emmanuel Macron*. A partir de abordagens teóricas sobre discurso político, este artigo tem o intuito de analisar qualitativamente os gestos enfáticos no discurso político dos presidentes Patrice Talon e Emmanuel Macron.

O quarto artigo, *Ditadura Militar: uma análise discursiva do funcionamento algoritmo do Google*, de Giselly Amado, avalia a construção de sentidos na nomeação do golpe militar no Brasil, focando, particularmente, a influência do algoritmo do *Google*, uma vez que a decisão de Jair Bolsonaro, enquanto presidente do Brasil, de celebrar o 55.º aniversário deste evento provocou uma relação de equívoco de datas (1964-2019) e influenciou os resultados de procura, associando o ano de 2019 ao golpe militar.

Desejamos umas boas leituras e esperamos que esta publicação possa servir de fomento para a investigação em Linguística.

Gostaríamos de deixar uma nota de agradecimento a todos os avaliadores pela sua valiosa colaboração e, também, a todos os autores pelas importantes submissões e por possibilitarem a publicação de mais um número da Revista.

A toda a Equipa Editorial, pela colaboração: obrigada!

As editoras,

Rute Rebouças, Ana Sofia Pinto, Inês Cantante e Mariana Ribeiro

Entrevista à Professora Doutora Gerda Haßler



A Professora Doutora Gerda Haßler é Professora de Linguística Teórica e Aplicada, desde 1993, no Instituto de Estudos Românicos da Universidade de Potsdam. Licenciou-se em Estudos Românicos e Eslavos, em 1974, e doutorou-se, em 1978, com a tese intitulada *On the description of the influence of language on thought in the linguistic theories of the 18th century* pela Universidade de Martin Luther Halle-Wittenberg, na Alemanha. Em 1984, fez a Agregação com um trabalho intitulado *On the development of the concept of semantic value in linguistic theories from the 18th to the 20th century*. De 2001 a 2006, foi vice-reitora na Universidade de Potsdam e, de 2007 a 2020, foi codiretora do Programa de Doutoramento *Kollokationen und Diskurstraditionen (Colocações e Tradições Discursivas)*, a decorrer nas Universidades de Potsdam e de Paris Nanterre e fundado pela Universidade Franco-Alemã. Atualmente, é Presidente da Sociedade Leibniz de Ciências de Berlim, membro associado do Laboratoire de Recherche sur le Langage da Universidade de Clermont Auvergne e do UMR 7114 *Models, Dynamiques, Corpus (MoDyCo)* da Universidade de Paris Nanterre. Orientou mais de quatrocentos trabalhos de licenciatura e mestrado e é autora e organizadora de inúmeras publicações. A sua investigação incide sobretudo em semântica, história da linguística e gramática funcional das línguas românicas. Recentemente, a Professora tem-se debruçado sobre o estudo da marcação da evidencialidade nas línguas românicas. A entrevista à Professora Doutora Gerda Haßler realizou-se no Centro de Linguística da Universidade do Porto, no dia 28 de novembro de 2023, decorrente da presença da Senhora Professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a sua conferência *The concept of evidentiality and its application*

to Romance. Esta entrevista foi conduzida pelos estudantes Cláudia Couto, Fábio Granja, Rute Rebouças e Tatiana Moura, preparada pelos estudantes Ana Fidelis, Catarina Varela, Cláudia Couto, Fábio Granja, Marina Salimon, Pedro Raínho, Renata Rodrigues, Rute Rebouças e Tatiana Moura e, posteriormente, transcrita pelas estudantes Marina Salimon e Renata Rodrigues. A Equipa Editorial agradece muitíssimo à Senhora Professora por proporcionar uma conversa agradável, pela oportunidade única, pela partilha de conhecimento linguístico e pelos conselhos. Foi um momento muito especial.

En primer lugar, nos gustaría agradecer a la Señora Profesora esta oportunidad única de entrevistarla. Nuestra primera pregunta es: Sabemos que la Señora Profesora no es originaria de un país en el cual se habla una lengua románica, ¿podría contarnos cuál fue su motivación para especializarse en Estudios Románicos?

No es una pregunta fácil de responder. Siempre me han interesado las lenguas extranjeras. Parece que empezó cuando, de pequeña, le pedía a mi padre que me dijera frases en otros idiomas. También me di cuenta muy pronto de las diferencias entre el idioma que se hablaba en la radio y la televisión, el dialecto mixto que hablaban mis compañeros de clase en Sajonia Occidental y Turingia y el alemán de los Sudetes que hablaban mis abuelos. También me fascinaba el checo, que siempre estaba ahí de fondo. En realidad, quería estudiar lingüística general, comparar lenguas e investigar sus interrelaciones. Como eso no era posible en las condiciones dadas - vivía en la República Democrática Alemana-, decidí estudiar dos grupos lingüísticos, las lenguas románicas y las eslavas. El hecho de que luego las lenguas románicas ocuparan un lugar central se debe a mi desarrollo profesional, pero nunca abandoné mi interés por los temas eslavos.

Desde el inicio de su carrera universitaria ha mostrado interés por la filología románica, habiendo dedicado varios años a su perspectiva histórica. A la vista de estos aspectos, ¿podría compartir con nosotros cuáles fueron las razones que inspiraron a la Profesora a elegir esta área?

Después de licenciarme, estaba abierta a todos los campos de la investigación lingüística, pero hubiera preferido hacer algo en el campo de la lingüística estructural. En otoño de 1974, me contrataron como colaboradora temporal en el departamento de Lingüística General. Esta área estaba estrechamente vinculada al grupo de investigación "Lengua e imagen social", en el que debían analizarse las denominaciones de las clases y estratos sociales en la literatura. Hubo

una serie de colaboradores cuyos temas de tesis estaban relacionados con esta área temática, algunos de los cuales terminaron sus tesis muy tarde, mientras que otros abandonaron el trabajo académico. A mí también se me asignó inicialmente un tema de tesis en el campo del vocabulario de la descripción social, debía trabajar sobre textos del autor francés La Bruyère. Mi primer pensamiento fue que encontraría la manera de aplicar la lingüística estructural que había aprendido de mis lecturas a los textos de este autor. Afortunadamente, Ulrich Ricken, el jefe del grupo de investigación y mi director de doctorado, cambió de opinión de la noche a la mañana: ese tema probablemente no se adaptaría a mis intereses y debería trabajar más bien sobre la historia del principio de relatividad lingüística, que ya había discutido con él varias veces. Me alegré mucho y empecé a trabajar de inmediato.

Ya me había interesado por obras importantes de la historia de la lingüística, había estudiado el Curso de Lingüística General de Saussure en la edición crítica, por ejemplo, y me había familiarizado con diversas escuelas del estructuralismo lingüístico. Lo que me molestaba especialmente de algunas obras de historia de la lingüística era que vinculaban una idea o concepto concreto a un autor determinado y no miraban más atrás. La idea de que las lenguas individuales influyen en el pensamiento de sus hablantes se había vinculado de este modo a Sapir y Whorf, o como mucho a Humboldt. Me interesaba saber cómo la habían elaborado autores anteriores y qué tenían que decir al respecto.

Asimismo, además de estudiar la Historia de la Lingüística y su relevancia para las teorías lingüísticas actuales, la Señora Profesora ha desarrollado estudios en el área de la semántica sobre las categorías funcionales y su expresión en las lenguas románicas, centrándose en las categorías como aspecto, temporalidad, modalidad, evidencialidad, entre otras y, también, en el ámbito del texto y el discurso. Por eso, nos gustaría saber cómo es realizar estudios pertenecientes a diferentes áreas al mismo tiempo. ¿La Señora Profesora los considera independientes o cree que pueden y deben relacionarse entre sí?

Inicialmente, mi principal objetivo no era sólo ser historiadora de la lingüística, sino también llevar a cabo investigaciones lingüísticas actuales. En un primer momento adopté la idea de que las categorías funcionales pueden considerarse entidades estructurales agrupadas en torno a un núcleo gramatical, en el campo de la aspectualidad. El aspecto se manifiesta en las lenguas eslavas o en griego, pero también existen medios de aspectualidad en las lenguas románicas que cumplen funciones similares. Poco a poco, trasladé esta idea a otras categorías funcionales, como la temporalidad, la modalidad y la evidencialidad, que también se solapan

en su realización. En el contexto de la evidencialidad, también descubrí investigaciones sobre la estructura de la información. El puente para ello fue la base común del conocimiento de los interlocutores, que es importante tanto para la consideración de los marcadores evidenciales como para la estructuración de los tópicos y focos. Mi principal motivación para estudiar la lingüística textual era enseñar los fundamentos de la comprensión de textos. Tenía la impresión de que los alumnos carecían de conocimientos elementales sobre cómo funciona el lenguaje en los textos y que, por tanto, los comprendían mal. También pensé que podría explicar su reticencia a leer textos literarios en lengua extranjera. Así pues, el giro hacia la lingüística textual fue inducido principalmente por la enseñanza. Algunos estudiantes me dijeron que estaban mejor preparados para enfrentarse a los textos después de un curso de lingüística textual. Por supuesto, siempre se añadían nuevos aspectos, como las formas lingüísticas de la intertextualidad o la oralidad ficticia en los textos escritos. Así que algunos de mis campos de investigación están definitivamente relacionados, otros no tanto. La especialización estrecha, como es común en Francia, por ejemplo, donde uno es únicamente sintáctico o se ocupa sólo de la historia de la lingüística de un determinado periodo, siempre me ha resultado repulsiva. Tengo la sensación de que debo trabajar en distintos campos para no cansarme y para recuperarme del trabajo sobre los respectivos temas relacionándome con los demás.

En 2021, la Señora Profesora, junto a Barbara Schäfer-Prieß, publicó la obra Contactos lingüísticos na sequência da expansão portuguesa, donde, desde el contexto de la expansión marítima portuguesa, desarrolla el importante tema de la polifonía en el espacio lingüístico lusófono, resultante del contacto de la lengua portuguesa con lenguas y culturas disímiles. En este contexto, ¿cuáles serían las principales tendencias actuales en el estudio de las filogenias y procesos del lenguaje como la criollización y el cambio de lenguaje? ¿Cuáles fueron las motivaciones para la elaboración de este proyecto y cuáles considera que son las principales notas finales de este estudio?

No soy especialista en lenguas criollas ni en la evolución actual de la lengua portuguesa. Nuestra motivación era mostrar el carácter pluricéntrico del portugués en distintos niveles y reunir para ello a diferentes especialistas. Por un lado, estos niveles residen en el desarrollo histórico desde el siglo XV, en la diferenciación funcional de la lengua en la actualidad y en el uso de estas distintas variedades en textos individuales. La profesora Ana Banza, lo ha demostrado, por ejemplo, como la evolución de la lengua portuguesa en diferentes continentes

y en contacto con otras lenguas ha dado lugar a una multiplicidad en la que la lusofonía se presenta hoy como polifónica. Se entiende aquí por polifonía el diferente desarrollo y expresión de una misma lengua, formando variaciones, aunque exista armonía entre ellas, formando así un todo. Karin Noemi Rühle Indart ha demostrado que fueron sobre todo los misioneros dominicos quienes promovieron la difusión del portugués al principio de la colonización y, en nombre de la corona portuguesa, se encargaron también de cristianizar la isla, concluir acuerdos políticos y ocuparse del comercio del sándalo. Yo he demostrado que, para configurar puntos de vista subjetivos en textos y conversaciones, se pueden utilizar variaciones lingüísticas que se han formado en el contacto entre lenguas y permiten crear una ‘polifonía’ ficticia. Es una obra colectiva, a la cual han contribuido muchos investigadores.

La Señora Profesora realizó un estudio comparativo del uso parentético de los verbos epistémicos en francés, español y portugués. En este estudio diacrónico, basado en el comportamiento sintáctico, se cuestiona la ocurrencia de una gramaticalización en la que los verbos asumen un comportamiento similar al de los adverbios. ¿Podría extenderse esta investigación a otras lenguas románicas?

Creo que esta investigación sobre los verbos epistémicos puede extenderse a todas las lenguas, no solo a las románicas. Es lógico que tales verbos marquen la modalidad debido a su semántica. Ya se han realizado estudios al respecto en varias lenguas.

Ha escrito extensamente sobre el concepto de evidencialidad. Esta categoría es considerada como un tipo de modalidad en algunos estudios sobre la modalidad y sus tipos y formas de expresión, siendo, en algunos casos, un tipo de modalidad aparte de las demás, y, en otros, un subtipo de modalidad epistémica. En este sentido, quisiéramos preguntar a la Señora Profesora qué posición y/o perspectiva adopta.

La cuestión de la distinción entre modalidad y evidencialidad ha sido y sigue siendo objeto de acalorados debates. Creo que una demarcación tan estricta sólo tiene sentido para las lenguas que realmente tienen marcadores separados para ambas categorías. En las lenguas románicas, el uso de marcadores de evidencialidad siempre afecta a la actitud del hablante acerca de lo que se dice. A menudo también depende de la situación si el foco está en la declaración del origen del conocimiento del hablante o en la evaluación de la validez de la afirmación, es decir, si se pone en primer plano la evidencialidad o la modalidad epistémica. Por lo tanto, existe un claro solapamiento entre la modalidad y la evidencialidad, aunque yo no subordinaría

una categoría a la otra, sino que asignaría ambas al ámbito de la expresión de la actitud del hablante.

Aún sobre la evidencialidad, sabemos que muchas lenguas expresan fuentes de información formal y gramaticalmente, a través de morfemas o afijos, como las lenguas indígenas, o a través de la morfología verbal, como el turco, pero este no parece ser el caso de las lenguas románicas. ¿Cuáles son las principales formas en que transmiten evidencialidad? ¿La Señora Profesora piensa que en las lenguas románicas la marcación de la fuente de información puede ser o es obligatoria, como es en la lengua Tariana?

En las lenguas románicas, la expresión de la evidencialidad no es obligatoria, por lo que no existen marcadores puros de evidencialidad. La evidencialidad se expresa, por ejemplo, con adverbios, de forma que incluso los adverbios que en su significado original denotan el origen del conocimiento a partir de la percepción visual pueden referirse también a otras fuentes de conocimiento. Además, las formas verbales pueden marcar la evidencialidad en su significado secundario, como el tiempo futuro, el condicional, el imperfecto. También hay formas predicativas, como *dice que*, que pueden gramaticalizarse como marcadores de evidencialidad (*dizque*). En cualquier caso, el uso de marcadores de evidencialidad no es obligatorio en las lenguas románicas. Puede llegar a ser obligatorio para el hablante si, por razones legales o éticas, es necesario distanciarse del contenido del enunciado o indicar el origen del conocimiento, pero no es obligatorio por el sistema de lenguaje.

En 2022, la Señora Profesora editó con la colaboración de Sylvie Mutet el Manuel des modes et modalités, en lo cual reúne veintiséis capítulos que incluyen desde la definición de modalidad y sus tipos en cada lengua románica y sus formas de expresarla hasta los problemas con otras categorías, como, por ejemplo, aspecto, tempo y evidencialidad. ¿Nos podría contar como fue colaborar con diversos especialistas? ¿Cuáles fueran los desafíos de editar un libro con diferentes lingüistas con diferentes perspectivas y maneras distintas de trabajar?

El manual se publicó en la serie de manuales de lingüística románica y en un principio sólo debía tratar los modos. Sin embargo, rápidamente pude convencer a los editores de la serie de que no tenía sentido presentar las formas modales y no también las categorías funcionales. Fue relativamente fácil encontrar especialistas para cada una de las grandes lenguas, como la profesora Fátima Oliveira, que se encargó del capítulo sobre el portugués. En cambio, fue

extremadamente difícil encontrar autores para los capítulos sobre lenguas menores o criollas. Otro reto fue tener en cuenta los diferentes métodos y enfoques de los autores. Estaba claro desde el principio que los puntos de vista de las distintas escuelas lingüísticas sobre la modalidad debían describirse en capítulos separados. Sin embargo, los autores de los demás capítulos también tienen naturalmente sus vínculos con determinados métodos. Los distintos medios de expresión de la modalidad se tratan en capítulos separados. Quizá convenga señalar que también hemos asignado un capítulo de este tipo a la entonación. El gran reto de un volumen colectivo de este tipo es que los distintos estudiosos tienen que subordinarse a un concepto global.

Sabemos que actualmente ocupa el importante cargo de Presidente de la Sociedad Leibniz de Ciencias de Berlín. ¿De esta manera, nos gustaría saber a qué retos la Señora Profesora ha enfrentado y, al mismo tiempo, qué momentos de alegría le ha dado esta experiencia?

Esta tarea era completamente nueva para mí, ya que siempre había enseñado e investigado en universidades y nunca había estado en una academia. Allí tengo que tratar con más de 300 científicos, de los cuales unos dos tercios son especialistas en ciencias naturales. Algunos de los miembros proceden aún de la antigua Academia de Ciencias de la RDA y arrastran la difícil experiencia de la discriminación tras la unificación de Alemania. Otros fueron elegidos a lo largo del tiempo y, naturalmente, tienen sus propias expectativas respecto a la Leibniz Sozietät. El mayor reto es, por tanto, hacer justicia a la diversidad de expectativas de los miembros. Organizamos sesiones plenarias mensuales y reuniones de clase, para las que tenemos que seleccionar temas adecuados. También hay reuniones anuales dedicadas a un tema específico. El año pasado pude proponer el tema lingüístico "Lenguaje - Discurso - Formación de opinión".

Después de tantos años en el campo, ¿la Lingüística todavía cautiva a la Señora Profesora como al principio? ¿Hay algún tema que la Señora Profesora todavía gustaría abordar y estudiar? ¿Existe algún fenómeno lingüístico específico, o hasta mismo una lengua específica, que la Señora Profesora piensa ser particularmente interesante o difícil de analizar?

La lingüística me fascina tanto o más que al principio. Al haber grandes *corpora*, es mucho más fácil encontrar respuestas a las preguntas y te enfrentas a una cantidad casi infinita de material sobre el que investigar. Yo ni siquiera podía soñar con esto al principio de mi carrera.

El acceso a los textos de historia de la ciencia también es ahora mucho más fácil. Acabo de presentar a una editorial francesa una monografía colectiva titulada *Le contexte en question*. El tema del contexto me fascina desde hace tiempo. Varios autores de la historia de la lingüística se han ocupado de él y le han concedido gran importancia, pero el contexto sólo se ha reconocido realmente como un problema clave en los últimos años, en relación con el desarrollo de la traducción automática y la inteligencia artificial. Por supuesto, el tema de la evidencialidad me sigue interesando y me gustaría publicar un libro sobre él el año que viene, en el que quiero arrojar luz sobre los aspectos epistemológicos además de los lingüísticos. He escrito varios artículos sobre la evidencialidad en las lenguas románicas, pero aún no he presentado una síntesis. Otro tema que me interesa son las tradiciones discursivas y, en particular, la cuestión de a qué colocaciones pueden dar lugar y cómo se puede reconocer la pertenencia a tradiciones discursivas por la forma en que las colocaciones se expresan en los textos. Así pues, aún me queda mucho por investigar y espero conseguirlo.

En su carrera, la Señora Profesora ha orientado más de 400 trabajos de graduación y de máster, ¿cómo han influido o complementado estas experiencias en su vida profesional, especialmente en lo que respecta al estrecho contacto con los estudiantes y sus diferentes temas de pesquisa? ¿Cree que, desde su formación inicial en lingüística, el estudio de la Lingüística ha avanzado significativamente?

Siempre me ha gustado enseñar y también he dirigido a estudiantes que escribían sus tesis de licenciatura y máster. Sus preguntas me han ayudado a formularlas más claramente y mejor. Entre mis alumnos había algunos realmente excelentes que también presentaban trabajos de investigación fácilmente publicables. Pero todos los estudiantes aprendieron con este trabajo a formular un objetivo y perseguirlo. La mayoría de las veces aceptaba los temas que me sugerían los estudiantes. Sin embargo, algunos también han escrito artículos sobre mis campos de investigación.

Por supuesto, la lingüística ha progresado desde los años setenta. Sin embargo, esto no se refleja necesariamente en la educación de nuestros estudiantes, en Alemania - no hablo sobre Portugal, puede ser completamente diferente. Me gustaría que en la universidad se enseñaran los conceptos básicos, por ejemplo de la sintaxis, la morfología y la fonética, sin los cuales no es posible avanzar en la investigación lingüística ni en los campos de aplicación. Hoy en día, los déficits en este ámbito se disimulan a menudo tratando temas para los que no son necesarios.

Para la Señora Profesora, ¿Cuál piensa ser el papel que la Lingüística puede desempeñar en el abordaje de cuestiones sociales y/o culturales relacionadas a la lengua, como la preservación de la lengua, identidad o discriminación?

La lingüística puede ayudar a capacitar a las personas para participar en la sociedad. También puede fomentar un enfoque crítico de la lengua y contribuir así a evitar influencias y usos lingüísticos discriminatorios. Puede fomentar el respeto por las lenguas minoritarias y reconocer el multilingüismo como legítimo en las sociedades multinacionales. Si la lingüística puede contribuir a la preservación de la lengua, la verdad es que no lo sé. El desarrollo de la lengua es un proceso natural y su desarrollo viene determinado en última instancia por el comportamiento lingüístico de los hablantes.

¿Cuáles fueron los mayores desafíos que enfrentó en su carrera académica? ¿Qué consejos daría la Señora Profesora a los estudiantes y nuevos lingüistas que puedan enfrentar desafíos similares?

El mayor reto, que espero que nadie experimente, fue la pérdida de empleo para todos los profesores postdoctorales tras la reunificación de Alemania. Muchos colegas abandonaron su trabajo académico en aquel momento. Pero yo seguí adelante y, al final, incluso he podido elegir entre dos nombramientos en universidades. Comparados con este reto existencial, todos los demás son pequeños: escasez de fondos para un proyecto de investigación, doctorandos que no dan abasto con el tema de su tesis, falta de tiempo para terminar un libro, etcétera. Mi consejo a los estudiantes y a los nuevos lingüistas es muy sencillo: si estás seguro de que el objetivo que te has fijado es el correcto, persíguelo con constancia y hasta el final.

POLÍTICO VS. POLÍTIPO: ANÁLISE DE INTERAÇÕES DE CONFLITO

Cátia Filipa Dias Ferreira¹

up202006269@edu.letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O presente estudo analisou duas situações de conflito retiradas dos Diários da Assembleia da República, sendo o principal objetivo deste trabalho a análise linguístico-discursiva desses conflitos, com o intuito de perceber como esses mecanismos são usados pelo locutor para construir uma relação de (des)cortesia. Para esta construção de uma relação descortês foram analisados os atos de fala (ameaçadores à face) e as formas de tratamento (essenciais nas sessões parlamentares em termos de cortesia e descortesia). Assim, por todos os aspetos aqui referidos, verificou-se que são utilizados vários mecanismos que marcam situações conflituosas, sobretudo no contexto analisado (contexto político).

PALAVRAS-CHAVE. Conflito. Descortesia. Atos de fala. Formas de tratamento.

ABSTRACT. The present study analyzed two conflict situations taken from the Diaries of the Republic Assembly, the main objective of this work being the linguistic-discursive analysis of these conflicts with the aim of understanding how these mechanisms are used by the speaker to build a relationship of (im)politeness. For this construction of an impolite relationship, speech acts (threatening to the face) and forms of treatment (essential in parliamentary sessions in terms of politeness and impoliteness) were analyzed. Thus, for all the aspects mentioned here, several mechanisms are used to mark conflicting situations, especially in the analyzed context (political context).

KEYWORDS. Conflict. Impoliteness. Speech acts. Forms of treatment.

1. Introdução

Dentro de uma abordagem pragmática e enunciativa, o discurso é uma unidade de análise das ciências da linguagem, consistindo na materialização, isto é, na produção real da

¹ Estudante do 3.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/>
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

linguagem humana e das línguas naturais. O discurso pode assumir diversas formas, cobrindo, assim, todas as áreas de atuação humana (Pinto 2022: 2-3).

O discurso, enquanto objeto empírico, pode inserir-se num tipo de discurso ou num género de texto. No presente trabalho, será analisado o discurso decorrente de sessões parlamentares, tendo como foco a delimitação de conflitos.

Este tema foi escolhido com o intuito de, por um lado, analisar debates atuais e importantes numa sociedade controlada pela soberania de um Estado e, por outro, aplicar a esses debates uma análise linguística, tendo por base a noção de conflito, usada, neste contexto, como forma de um Deputado atacar o outro, autopromovendo-se («o “eu” está certo e o “tu” está errado»; «“eu” posso fazer melhor que “tu”»). De facto, este ataque ocorre porque o locutor é um “ser do discurso”, no qual o “outro” é relevante para a representação discursiva do “eu”.

Assim, há uma construção, por parte dos intervenientes no conflito, de um *ethos* (construção de uma imagem discursiva) que tenta autoafirmar as qualidades do produtor do discurso, ao mesmo tempo que tenta desvalorizar o “outro” (Pinto, Almeida e Pinho & Teixeira 2016: 48).

Este estudo tem como foco uma análise pragmática, mas também o desenvolvimento de uma análise que recorre a noções e, sobretudo, a diferentes contributos disciplinares, que não são aleatórios. Assim, são importantes para a presente investigação certas noções sociolinguísticas, mas também certos contributos das áreas da análise do discurso e da análise conversacional, bem como alguns temas/conceitos essenciais para compreensão da Assembleia da República em Portugal e da forma como o Governo e os partidos funcionam.

Vão ser estudados mecanismos linguístico-discursivos selecionados pelo locutor para construir uma relação de (des)cortesia. Além disso, este trabalho será elaborado para corroborar a seguinte hipótese de estudo: a construção de uma relação descortês pode fazer-se por recurso a atos de fala que são ameaçadores da face (FTA), bem como ao uso de determinadas formas de tratamento, ou seja, os atos de fala e as formas de tratamento são essenciais nas sessões parlamentares, por questões de cortesia e de descortesia. O “eu” influencia o “tu” através dos usos e da escolha desse tipo de unidades linguístico-discursivas, levando ao ataque da face do outro e, conseqüentemente, ao conflito.

2. Objetivos e Metodologia

O presente trabalho tem como objetivo a análise a partir de pressupostos teóricos vindos, sobretudo, da área da pragmática, de situações de conflito retiradas de duas sessões parlamentares da Assembleia da República: um confronto direto entre o Deputado André Ventura e o Primeiro-Ministro António Costa, que ocorreu no dia 23 de junho de 2022, e alguns conflitos registados no Diário da República (doravante DR) da sessão de dia 04 de março de 2023. Assim, pretende-se identificar os aspetos linguístico-discursivos presentes nos momentos de conflito selecionados (atos de fala, formas de tratamento, sobreposições da fala e aspetos não verbais), como formas de originar a descortesia. O critério que presidiu à seleção destes DR foi, justamente, o facto de haver um confronto direto entre os interlocutores, no primeiro caso, e, no segundo, várias situações conflituosas, i.e., não necessariamente um conflito em específico, mas várias situações conflituosas em momentos dispersos.

Para isso, foi utilizada a seguinte metodologia: 1. Seleção de um corpus: 1.1. Pesquisa, no site do Parlamento (mais especificamente, na série I do Diário da Assembleia da República) de situações de conflito nas reuniões plenárias; 1.2. Escolha, após a leitura de várias sessões, de duas reuniões plenárias distintas e das respetivas situações de conflito, selecionadas pelo grau de conflitualidade revelado nas mesmas; 2. Análise do corpus: 2.1. Divisão por aspetos linguístico-discursivos: 2.1.1. Atos de fala; 2.1.2. Turnos de fala; 2.1.3. Formas de tratamento; 3. Conclusões sobre o corpus; e 4. Conclusões finais.

3. Enquadramento teórico

Para que uma troca comunicativa aconteça, não basta que dois falantes, efetivamente, falem. É necessário que estejam envolvidos na interação e que mostrem sinais desse envolvimento (a chamada “validação interlocutória”) (Kerbrat-Orecchioni 2006: 8).

A situação comunicativa (i.e., o contexto) em que a troca ocorre pode estar relacionada com i) as características do espaço e as funções sociais e institucionais a ele atribuídas (quadro espacial), ii) o facto de o discurso dever ser adequado ao lugar e ao momento em que está a ser produzido (quadro temporal) e iii) os participantes da comunicação (quantos são, quais são as características de cada um, que relações têm entre eles, etc.).

Desta forma, o contexto é um elemento-chave para a análise conversacional e, neste estudo, em particular, foi fundamental para entender de que forma seria possível analisar as situações de conflito apresentadas, uma vez que o Parlamento tem regras próprias que devem

ser cumpridas, e os presentes em reuniões plenárias têm direitos e deveres a que devem obedecer.

Antes de mais, é importante fazer uma contextualização acerca da Assembleia da República (AR), lembrando que, na AR, há um Presidente, que é eleito pelos Deputados na primeira reunião plenária da Legislatura (tendo um mandato de quatro anos) e que dirige e coordena os trabalhos do Parlamento, através de poderes que lhe são dados pela Constituição, pela Lei e pelo Regimento. Desta forma, é ele quem assegura o cumprimento do regulamento e das deliberações da Assembleia da República, além de zelar pelo funcionamento dos seus trabalhos a vários níveis.

A legitimidade do poder depende de regras estabelecidas, que vão disciplinar, por um lado, o acesso ao poder e, por outro, garantir a participação do povo na escolha dos dirigentes do país. A Assembleia não é o único elemento de legitimidade do regime – o regime português é parlamentar e, por isso, as eleições legislativas elegem os Deputados à Assembleia. De acordo com a tradição, o partido mais votado propõe ao Presidente da República o nome político para o cargo de Primeiro-Ministro, que normalmente é o líder do partido e, por esse motivo, o Primeiro-Ministro é indigitado.

Já o Parlamento é o lugar onde é feita a maior parte do controlo, da vigilância democrática do poder executivo daqueles que exercem a autoridade (o governo), tendo os partidos um papel fundamental na consolidação da democracia e sendo a Assembleia o lugar de atuação dos partidos. É nela que eles contribuem para a tomada de decisões, para se confrontarem e apresentarem as suas propostas, sob o olhar do público, acerca das questões da vida política – os partidos atuam na Assembleia através de grupos parlamentares. A direção do grupo controla as intervenções dos Deputados e as iniciativas legislativas (Antunes 1988: 82-86).

Deste modo, como referido anteriormente, na AR, os Deputados têm direitos e deveres a cumprir. Por exemplo, no quesito “uso da palavra”, o orador não pode ser interrompido² e aquele que pedir a palavra deve indicar o porquê de a pedir e esperar sempre que o Presidente a conceda. Note-se que o Presidente representa aqui a Assembleia e dirige e coordena os trabalhos, exercendo autoridade sobre a mesma.

Assim, pode-se observar que há uma expectativa de que as trocas comunicativas na Assembleia sejam ordenadas, o que decorre de uma certa ritualização do discurso parlamentar.

² Note-se que não se considera neste ponto os apartes, que se apresentam em segundo plano relativamente aos enunciados dos temas principais. Ver Rodrigues (2004).
 Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/>
 DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), existem três regras nas interações verbais: as que gerem as trocas dos turnos de fala (alternância entre o “falante de turno” e o seu “sucessor”, que, no contexto da AR, é feita pelo mediador do debate – que, no caso, é o Presidente); as que gerem a organização estrutural da interação; e as que atuam ao nível da relação interpessoal. Estas três regras podem ser violadas, pois não deixam de ser flexíveis, criando, muitas vezes, uma sobreposição de turnos de fala, o que leva a que seja preciso uma intervenção explícita (recorrendo a um enunciado metacomunicativo, como, “posso falar?”) ou implícita (quando um dos falantes cede o seu direito de falar em benefício do outro) (Kerbrat-Orecchioni 2006: 43-46). Esta sobreposição de turnos de fala é uma das maneiras mais comuns de criação de um conflito.

Uma outra regra importante, que deve ser obedecida na AR, é a “regra contra as ofensas à honra”, segundo a qual, se um Deputado/membro do Governo considerar que o ofenderam, pode defender-se, usando a palavra por um tempo não superior a dois minutos, tendo, também, o autor das ofensas o direito de se explicar (pelo mesmo período de tempo).

Neste contexto, surge a descortesia linguística, que se opõe à noção de cortesia linguística. Deste modo, a cortesia pode ser definida como o conjunto de regras que regulam o discurso e que têm o intuito de manter e criar uma relação de harmonia na relação interpessoal dos intervenientes (Kerbrat-Orecchioni 2006: 77). Brown e Levinson (1987 *apud* Kerbrat-Orecchioni 2006: 78) assumem que a noção de cortesia está associada à noção de face, considerando que todos os indivíduos possuem uma face positiva (aquela que tentam impor na interação) e uma face negativa (que explica que não queiram sofrer imposições, i.e., relaciona-se com o terreno da intimidade, que defendem de intromissões dos outros).

Os participantes realizam atos que atacam (os chamados FTA – “Face Threatening Acts”) ou que valorizam (os chamados FFA – “Face Flattering Acts”) a face, havendo um desejo de preservar a face (“face want”). Goffman (1973 *apud* Kerbrat-Orecchioni 2006: 80-81) afirma que existe um trabalho de figuração das faces (“face work”) para que a face positiva seja exposta e a negativa não sofra imposições. Nesse sentido, Brown & Levinson (1987 *apud* Kerbrat-Orecchioni 2006: 80-81) apresentam o conceito de cortesia como uma forma de conciliar o desejo de proteção da face com o facto de que todos os atos são potencialmente ameaçadores.

Os FTA são atos potencialmente descortesias, ou seja, a descortesia é uma tentativa de derrubar a imagem do outro para benefício próprio. Esta pode ser direta (quando os atos ameaçam diretamente a face do outro, ou seja, quando há uma intenção de atacar a imagem do outro), dissimulada (quando se verifica a existência de atos que aparentemente são cortesias,

mas que, na realidade, não o são) ou, ainda, a “não-cortesia” (que apresenta uma falta de cortesia quando esta é esperada) (Silva 2013:103).

Nos debates políticos, o conflito, a crítica e o ataque pessoal podem marcar o sucesso da interação. A estes mecanismos dá-se o nome de “atos descorteses” e a sua intenção é desvalorizar a imagem do outro e a valorização da própria imagem. Assim, os participantes atuam com o objetivo de descredibilizar o adversário por meio do conflito como estratégia relacional, podendo acusar o “outro” de mentir, de ser corrupto, de incompetência, de falta de caráter, de ser contraditório, etc. Não é isto que, normalmente, acontece numa troca comunicativa informal ou quotidiana.

Os atos de fala, de acordo com Searle (1969), são classificados em i) assertivos, usados para descrever como são as coisas; ii) diretivos, usados com o objetivo de levar o alocutário a fazer algo; iii) compromissivos, usados para o “eu” se comprometer a fazer algo; iv) expressivos, usados para exprimir sentimentos e atitudes e v) declarativos, que provocam uma alteração de um estado de coisas no mundo. Podem ser usados como estratégias linguísticas, de modo a gerar aquilo que o produtor do discurso pretende (como, por exemplo, usar atos diretivos para atacar a face do outro).

Do mesmo modo, as formas de tratamento, que são um tema de grande importância e complexidade em Portugal, cruzam-se com questões linguísticas e não linguísticas, tais como a cortesia, a adequação ao destinatário e a necessidade de não ameaçar a face do outro. Desta forma, o locutor, ao dirigir-se ao destinatário, tem de ter em conta vários quesitos, como as diferenças sociais e a formalidade da situação discursiva, que são aspetos fundamentais nas sessões plenárias (que não se podem extravasar). Assim, as formas de tratamento são fundamentais na regulação da relação interpessoal (Duarte 2010: 133-135).

É importante referir que este conflito que acontece em debates políticos é ampliado, porque, além dos dois intervenientes presentes na discussão, que representam os seus respetivos grupos, há também uma presença do público (seja aquele que está presencialmente, seja aquele que assiste através da televisão, rádio, Canal do Parlamento ou redes sociais). Por outro lado, além da discussão central, pode haver apartes, o que complexifica a situação enunciativa. Deste modo, pode inferir-se que há uma complexidade discursiva no Plenário, onde não há apenas um foco no conflito em si, mas também nas proporções em que ele é expandido e na sua propagação (que, obviamente, pode trazer vantagens e desvantagens para os interlocutores). O público presente nas galerias ou que assiste ao debate em casa complexifica a relação discursiva entre os interlocutores.

Desta forma, tal como Marques (2008) refere no seu texto sobre a cortesia agressiva, o conflito não é “sem limites”, pois a agressividade criada no momento do conflito é contida e regulada pelas regras parlamentares. Isto porque, além de ser um discurso institucional, há a existência desse público – “o Povo Português” –, que faz com que haja uma preferência pela cortesia verbal. Esta cortesia institucional não é, claramente, o mesmo que a cortesia por escolha, sendo esta última, tal como o próprio nome indica, aquela onde os interlocutores escolhem ser corteses e não aquela onde eles são “obrigados” a isso, como ocorre no primeiro caso. Assim, a ordem interativa nos discursos parlamentares é uma disputa agressiva, porém controlada (Marques 2008: 278-286).

4. Apresentação e Discussão de Resultados

Como referido no início do presente trabalho, para uma melhor compreensão acerca do contexto em que ocorrem as situações de conflito, por um lado, e para uma verificação mais fiável da forma como estes tópicos podem influenciar o conflito, por outro, foi necessário dividir este projeto em partes, a saber, i) as formas de tratamento, ii) os atos de fala e iii) a descortesia.

No âmbito da presente investigação, considera-se *contexto* em diferentes sentidos, tendo em conta tanto o contexto situacional, ou seja, se o discurso é apropriado ao lugar em que ocorre, quanto o contexto temporal, i.e., se o discurso é adequado ao momento em que está a ser utilizado. Temos ainda em conta, neste ponto, os objetivos dos interlocutores e as relações entre os participantes.

Além disso, é importante relembrar que foram extraídos excertos de dois momentos específicos de sessões plenárias. Um primeiro momento (presente no Diário da Assembleia da República de dia 23-06-2022) retrata uma situação conflituosa entre o Deputado André Ventura, do partido do CHEGA, e o Primeiro-Ministro, António Costa. Já no segundo momento (presente no Diário da Assembleia da República de dia 04-02-2023), foram extraídos excertos mais gerais, ou seja, não necessariamente uma única situação conflituosa, mas vários momentos passíveis de uma análise linguística relevante para este estudo. Estes dois momentos foram escolhidos para serem observados de forma isolada e, posteriormente, para poderem ser comparados entre si, dado que um deles marca uma situação direta de conflito entre participantes específicos (numa situação e momento concretos) e o outro, apesar de também

marcar um conflito entre os intervenientes, abrange diferentes momentos dos conflitos numa mesma sessão (não se tratando de um conflito concreto, mas de vários momentos conflituosos).

4.1. Formas de Tratamento

Ao analisar as formas de tratamento, foi possível verificar que, apesar de estas serem maioritariamente formais, pelo facto de serem muito convencionalizadas, sobretudo devido ao contexto institucional (sendo as expressões mais típicas aquelas com «“senhor/a”+ título (nome + apelido)», como, “Sr. Deputado André Ventura” ou “Sr. Primeiro-Ministro”), foram encontradas formas de tratamento informais nos excertos retirados da sessão de dia 04-02-2023, especialmente nos apartes, como:

- a) Pedro Pinto (CH): “Leste o projeto?”
- b) Rita Matias (CH): “Vai estudar!”
- c) André Ventura (CH): “Vai estudar o Regimento!”
- d) André Ventura (CH): Não é, não! Estás enganado!”

Esta informalidade é inaceitável no contexto em que ocorre. As regras que obrigam ao tratamento do outro por “Vossa Excelência” podem não ser habitualmente cumpridas, mas há um mínimo de formalidade que não se compagina, por exemplo, com o tratamento na 2.^a pessoa do singular, os atos diretivos não atenuados ou comentários que se aproximam do insulto. Além disso, todas estas expressões apresentam atos diretivos que atacam a face do “outro” – na expressão (a), há uma tentativa de questionamento da credibilidade do “outro”; as expressões (b) e (c) exibem ordens diretas; e a expressão (d) acarreta um significado de que o “outro” não sabe do que está a falar ou até mesmo de que o “outro” está a mentir.

No entanto, além do uso de “tu” (2.^a pessoa do singular) existem, ainda, momentos em que, apesar de os participantes se tratarem na 3.^a pessoa, não deixam de usar informalidade e agressividade (como, por exemplo, “É em fazer aqueles números que o senhor adora fazer para as televisões” ou “Quer falar sozinho?”). Também se observam constantemente ataques à face do “outro”, como em “É o dinheirinho! Muito dinheirinho! Férias nas Bahamas”. Neste caso, em particular, em que o “outro”, i.e., André Ventura, é acusado por Pedro Alves de estar a usar um processo criminal com fins políticos para justificar as suas ações perante a câmara e o país (cf. DRA, pp. 41-42), verifica-se, simultaneamente, a existência de um ataque à face do outro, marcado pela informalidade, presente no uso do diminutivo, e pela ironia, também presente

noutros casos, como em “Diga lá o que quer” - um ato de ordem claramente ameaçador - e em repetições como “Estou, estou” ou “Referiu, referiu! Está aqui!”, que marcam um reforço da informalidade.

4.2. Atos de Fala

Como referido no ponto acima, existem muitos atos ameaçadores (FTAs). Isto verifica-se, sobretudo, no confronto entre o Deputado Ventura e o Primeiro-Ministro, António Costa, onde, de forma sistemática, o primeiro ordena (seja direta ou indiretamente) que o Primeiro-Ministro faça algo através de atos diretivos. Isto pode ser observado em exemplos como “Tome uma decisão! Seja Primeiro-Ministro por um dia! Seja Primeiro-Ministro e não «último-ministro»”, “Baixe os impostos!” e “Assuma a sua responsabilidade!”. Aqui é, também, importante notar que o ponto de exclamação é bastante usado como forma de enfatizar o tom, o que tem a ver, naturalmente, com questões prosódicas, que não estão no âmbito deste trabalho.

Como conclusões mais gerais, e tendo em conta a seleção dos dois DAR estudados e os tópicos linguísticos em análise, os excertos retirados do DAR de dia 23-06-2022 apresentam mais atos diretivos (referidos no parágrafo acima) enquanto os excertos retirados do DAR de dia 04-02-2023 apresentam mais atos assertivos. Neste último caso, estes atos são, na sua maioria, uma descrição mais alongada das coisas que estão a ser tratadas como, por exemplo:

- a) “Esse artigo é a norma que diz que quando um Deputado tem um interesse particular numa matéria deve previamente declará-lo antes de usar da palavra no Plenário. E esta matéria não é irrelevante, porque os queixosos da queixa-crime contra a Sr.^a Deputada Catarina Martins são os 12 Deputados do Grupo Parlamentar do Chega”
- b) “Sr. Presidente, hoje, o Parlamento vai votar um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados para o eventual levantamento da imunidade parlamentar da Sr.^a Deputada Catarina Martins. Esse parecer encontra-se no guião de votações, com a designação «Entradas/2022/7452»”.

No que diz respeito aos apartes, encontram-se, ainda, alguns atos expressivos de crítica (tais como, “É típico! Não é defeito, é feitiço!”, “Devia ter vergonha!” e “Dois pesos e duas medidas!”), que são mais comuns nos apartes e que aparecem em maior número no DAR de dia 04-02-2023.

Além disso, foram encontrados atos híbridos, que combinam atos diretivos com atos expressivos de crítica (como, por exemplo, “Eu sei, Srs. Deputados, foram vocês que fizeram

este parecer, que devia envergonhar-vos. Devia envergonhar-vos! Comparando com outros, devia envergonhar-vos” ou “O Sr. Deputado André Ventura devia conhecer o Estatuto dos Deputados!”), no DAR de dia 04-02-2023, e atos assertivos com atos expressivos de crítica, no DAR de dia 23-06-2023, como se pode verificar no diálogo entre o Primeiro-Ministro e André Ventura, onde o Primeiro-Ministro começa por dizer “E faço-lhe a justiça de que, se fosse o senhor a escolher, não seria eu o Primeiro-Ministro”, ao que Ventura responde “não seria, não seria!”, levando António Costa a afirmar “ficamos, aliás, quites, porque, se fosse eu a escolher, o senhor também não seria Primeiro-Ministro”. Portanto, seria, também, relevante, numa análise mais completa destes documentos, verificar sequências de atos de fala e os respetivos efeitos.

4.3. Descortesia

Começando por abordar as sobreposições de fala, ao contrário do que seria expectável neste contexto, elas ocorrem de forma sistemática, não apenas nos apartes, mas mesmo entre os próprios intervenientes na discussão. Por exemplo, no confronto entre André Ventura e António Costa, a certa altura, o Deputado André Ventura interrompe António Costa, e é-lhe dada a palavra, mas não antes de ele se interpor, tomando para si a vez que não era sua.

Há uma maior sobreposição da fala nos exemplos retirados do DAR de dia 23-06-2022 do que nos exemplos retirados do DAR do dia 04-02-2023, o que mostra que, numa situação de conflito direto entre dois interlocutores, há uma maior probabilidade de haver estas interrupções. Tal pode ser explicado pelo facto de, numa tal situação, ser comum que um dos interlocutores não concorde com o outro, manifestando a sua repreensão – o que, obviamente, não deveria ocorrer no contexto parlamentar, pois a regra é que cada um fale na sua vez, e quando o Presidente lhe der a palavra (segundo o Regimento da AR, secção II, artigo 89). Apesar desta regra, como se pode constatar, os interlocutores dialogam de forma agressiva. Dois exemplos notórios de sobreposição são os seguintes:

- a) António Costa: “Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, não vi o debate de urgência.”
 André Ventura (CH): “Não viu?”
 António Costa: “Não.”
 Presidente da Assembleia: “Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura”
- b) André Ventura (CH): “E os outros casos?!”

Pedro Delgado Alves (PS): “...perante a Câmara e perante o país, que é estar a usar um processo criminal com fins políticos...”

Passando agora aos insultos, e apesar de não ter sido encontrado nenhum insulto direto, foram encontrados vários insultos indiretos, observáveis em frases como “Devia ter vergonha! É um juiz de instrução que pede isto!” (que insulta de uma forma indireta, porém explícita) e “Dois pesos e duas medidas” (que insulta a face do “outro” afirmando que não é imparcial). Um outro exemplo, presente em “Ficamos, aliás, quites, porque, se fosse eu a escolher, o senhor também não seria Primeiro-Ministro”, decorre de uma troca verbal entre António Costa e André Ventura, onde ambos dizem um ao outro que, se fossem eles a escolher, nenhum deles votaria no outro para Primeiro-Ministro, o que mostra um claro ataque insultuoso e uma notória crítica direta às capacidades e aos ideais do outro e, até mesmo, dos próprios partidos que eles representam.

Assim, o insulto político é, sem dúvida, uma estratégia argumentativa de confronto que tem diferentes funções pragmáticas, e que se pode resumir no objetivo principal de diminuir, rebaixar e atrapalhar discursivamente o “outro”. O insulto pretende pressionar o seu alvo, de forma a colocá-lo numa posição interpessoal mais baixa (Marques, Duarte & Seara 2019: 129-133).

Deste modo, a agressão verbal, ou insulto, pode ser analisada de acordo com o grau de transgressão das normas de cortesia e, além de afetar a imagem do seu destinatário, ainda tem impacto no produtor do insulto, que aparece como agressivo, incorreto e sem educação (Seara & Manole 2016: 304-305).

O insulto faz parte da argumentação *ad personam*, ou seja, ataques à pessoa, à sua dignidade e imagem pessoal. Por outro lado, a argumentação *ad hominem* constitui um ataque à coerência do alvo e pode ser observada, por exemplo, numa interação entre Catarina Martins e André Ventura, onde a Deputada acusa André Ventura de estar a mentir – algo que não deveria ser aceite em contexto de Assembleia³.

De entre os aspetos não-verbais observados, destacam-se o levantamento da voz, risos e aplausos, que marcam a posição dos Deputados presentes na Assembleia, seja de concordância, seja de discordância, e que podem ferir a face do “outro” quando usados como forma de protesto ou desacordo.

³ De facto, note-se que, noutros países, como, por exemplo, Inglaterra, tal comportamento é completamente proibido, pois, se o Deputado assume o seu papel na Assembleia, o pressuposto é que diga sempre a verdade.
Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/>
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

Tendo em conta os dados apresentados, conclui-se que a descortesia é uma arma do discurso político, usada como estratégia para atacar a face do outro, ao mesmo tempo que, em princípio, tende a autovalorizar a própria face. Assim, enquanto a cortesia opera para manter um equilíbrio nas imagens dos intervenientes da interação, a descortesia opera para que um locutor atinja o seu interlocutor, violando, assim, as máximas de cortesia de Leech (1983 *apud* Fernandes, 2007) – tato, generosidade, aprovação, modéstia, concordância e simpatia –, que foram apresentadas como princípios conversacionais. Para Leech (1983), a cortesia ocorre numa escala de custo-benefício, em que, se um ato tem mais custo para o locutor, significa que terá menos custo para o alocutário, ou seja, trará mais benefício para este último (Fernandes 2007: 40-41).

Assim, segundo Leech, um ato ilocutório seria tanto mais cortês quanto maior benefício trouxesse para o alocutário e maior custo trouxesse para o locutor. Por esse motivo, uma conversação seria cortês se obedecesse a estas máximas de cortesia, algo que não acontece nos conflitos, onde, pelo menos, uma máxima, se não todas, sempre será violada. Ora, muitos dos atos estudados na presente investigação constituem violações das máximas da cortesia, como se procurou demonstrar.

5. Considerações Finais

Ao longo deste estudo, foi possível constatar que o conflito é comum nas situações de discursos políticos, sobretudo em debates e sessões parlamentares, sendo usado como forma de confrontar a imagem do “outro” para ganhar o apoio da audiência, ao mesmo tempo que o “eu” é valorizado. Desta forma, geralmente, quanto mais o “outro” é atacado, mais o “eu” é enaltecido e, por esse motivo, esta estratégia é usada para tornar o discurso político mais agressivo, já que este tem como principal objetivo desencadear uma reação do público e, simultaneamente, tentar convencer os interlocutores a aceitar a sua proposta. Pode acontecer, no entanto, que o excesso de ataque ao outro concorra para a construção de um *ethos* de agressividade que pode ser prejudicial para a imagem do locutor.

Foi notório, também, que os apartes têm muita informalidade e que certas expressões, que seriam proibidas em contexto de Assembleia, acabam por ser permitidas nos apartes. Isto acontece porque os apartes são, como o próprio nome indica, algo separado do discurso central, ocorrendo como um ato secundário aos enunciados principais que estão a decorrer.

Também foi comprovado que, nas situações conflituosas, há diálogo indevido entre os interlocutores, de que decorrem muitas sobreposições da fala, algo que não seria expectável no contexto parlamentar, mas que acontece com frequência, mostrando que o caráter conflituoso prevalece sobre as normas e condutas contextuais.

O facto de os insultos terem ocorrido apenas de forma indireta, e nunca de uma forma explícita, vai ao encontro do que seria de esperar. O contexto é extremamente importante nesta questão, pois, noutra contexto, a descortesia poderia ser muito mais visível, se fossem usados insultos explícitos. Mesmo assim, o insulto indireto não deixa de ser uma arma extremamente relevante para marcação da descortesia.

Os aspetos não-verbais também contribuem para a descortesia, funcionando, desta vez, como formas expressivas de a marcar, porque o “outro” é/pode ser desestabilizado por eles, de modo a que o objetivo do “eu” (afetar o “outro”) seja concretizado.

Assim, a informalidade nas formas de tratamento, os atos de fala ameaçadores, a sobreposição da fala, os insultos indiretos e os aspetos não-verbais são formas de descortesia que se tornam indicadores claros da criação do conflito.

Seria interessante, num estudo futuro e mais aprofundado, procurar entender mais formas de manifestação da descortesia, além das abordadas neste estudo. Ademais, poderia também ser relevante tentar compreender a forma como as regras do contexto institucional concreto são contornadas, ou mesmo violadas, pelos seus intervenientes, para que estes possam usar a descortesia de uma forma mais ‘escondida’, para assim serem observadas essas formas encobertas que geram os conflitos.

Para concluir, por tudo o que foi aqui apresentado, pode inferir-se que a hipótese proposta no início deste estudo parece ser corroborada, já que a construção de uma relação descortês pode fazer-se recorrendo a atos de fala que são ameaçadores da face (FTA), bem como ao uso de determinadas formas de tratamento, o que mostra que, tanto os primeiros, quanto os segundos, são essenciais nas sessões parlamentares, por questões de cortesia e descortesia. O “eu” influencia o “tu” através dos usos e da própria escolha desse tipo de unidades linguístico-discursivas, levando ao ataque da face do outro e, conseqüentemente, ao conflito.

Referências

Antunes, M. L. 1988. A Assembleia da República e a Consolidação da Democracia em Portugal. *Análise Social* 24(100): 77-95.

- Duarte, I. M. 2010. Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In Gramática: história, teorias, aplicações. Porto: FLUP.
- Fernandes, G. 2007. O Princípio da Cortesia em Português Europeu. XXV CILPR. <https://www.researchgate.net/publication/304381453>.
- Kerbrat-Orecchioni, C. 2006. Análise da Conversação: Princípios e Métodos. 1a edição. São Paulo: Parábola Editorial.
- Marques, M. A. 2008. Quando a Cortesia é Agressiva: Expressão de Cortesia e Imagem do Outro. In O Fascínio da Linguagem (1a ed., 277-296). Porto: FLUP.
- Marques, A.; Duarte, I. M; Seara, I. R. 2019. Argumentação *ad hominem*, Formas de Tratamento e Protesto Político. Revista de Estudos do Discurso 8:122-139.
- Pinto, A. G. 2022. Análise do discurso: percurso, identidade e interfaces. In Organização do Conhecimento e Análise do Discurso: diálogos interdisciplinares. Porto: CITCEM, FLUP.
- Pinto, A. G.; Almeida; Pinho, A. C. F.; Teixeira, J. F. P. 2016. Polarização e Construção da Força Discursiva em Manifestos Políticos: O Caso das presidenciais portuguesas de 2016. Linha D'Água 30(1): 35-68.
- Rodrigues, I. 2004. Sinais Verbais e Não-Verbais na Estruturação do Discurso – Apartes. In Da Língua e do Discurso (1a ed., 579-600). Porto: Campo das Letras – Editores, S.A.
- Seara, I. R; Manole, V. 2016. Insults and the Construction of the Other's Identity: Remarks on Portuguese Political Discourse. Revue Roumaine de Linguistique: Identities in Dialogue 61(3): 301-318. Bucuresti: Editura Academiei Romane.
- Searle, J. R. 1969. Speech acts: An essay in the philosophy of language (Vol. 626). Cambridge University Press.
- Silva, L. A. 2013. Descortesia e (Des)Construção da Imagem Pública. Comunicação da Fala e da Escrita. São Paulo: Comissão Editorial

PROBLEMAS NA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA DO CLÍTICO VS. TRADUÇÃO HUMANA DO ESPANHOL PARA O PORTUGUÊS EUROPEU

Andreia Almeida¹

andreiardriguesdealmeida95@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O presente trabalho tem como objetivo a identificação e a análise de problemas na tradução automática do pronome clítico do Espanhol para o Português Europeu em algumas frases. Embora este tema da sintaxe já tenha sido estudado em vários artigos científicos, o que propomos é uma análise rigorosa e descritiva deste mesmo problema, partindo da tradução de um programa tecnológico, com o propósito de compreender a versão proposta pela automatização.

PALAVRAS-CHAVE. Sintaxe. Pronomes clíticos. Tradução automática. Tradução humana.

ABSTRACT. The present work aims to identify and analyze problems in the automatic translation of the clitic pronoun from Spanish into European Portuguese in some sentences. Although this topic of syntax has already been studied in several scientific articles, what we propose is a rigorous and descriptive analysis of this problem, starting with the translation of a technological program, with the aim of understanding the version proposed by automation.

KEYWORDS. Syntax. Clitic pronouns. Automatic translation. Human translation.

1. Introdução

Este trabalho tem como propósito identificar e analisar problemas na tradução automática da Língua Espanhola (ES²) para o Português Europeu (PE), particularmente de frases contendo o pronome clítico. O objetivo é verificar possíveis défices na tradução automática do pronome clítico e compará-la com a tradução humana. Para cumprir este

¹ Estudante do 1.º ano do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Lista de abreviaturas: PE - Português Europeu; PB - Português do Brasil; ES – Espanhol; TA - Tradução Automática; OD - Objeto Direto; OI - Objeto Indireto.

Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/elingUP/>

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

objetivo, tomou-se como ponto de partida a seleção de algumas frases do livro *Final del Juego*, de Julio Cortazar (1970).

Embora os pronomes clíticos sejam objeto de muita análise - como é o caso de por exemplo, de Cunha e Cintra (1998), dois dos investigadores da área relativamente ao Português, e Soriano (1999), especialista na área dos pronomes na Língua Espanhola -, a particularidade deste trabalho é tentar analisar a tradução oferecida pelo programa *Google Tradutor* e, posteriormente, explicá-la, recorrendo não só à tradução humana, mas também à parte teórica fornecida pelas gramáticas sobre a língua portuguesa e a Língua Espanhola. O critério que consideramos no momento da escolha da ferramenta de tradução automática (TA) foi o nosso conhecimento face às máquinas de tradução, uma vez que, no momento da seleção, era a máquina de TA mais amplamente conhecida e utilizada.

Assim, este pequeno ensaio tem como propósito identificar e explicar, de uma forma rigorosa e clara, alguns dos problemas que se colocam quando os pronomes clíticos, presentes em frases do Espanhol, são automaticamente traduzidos para o PE. Este tema (i.e., a problematização dos pronomes clíticos) é estudado pelos linguistas da área de sintaxe – flexão verbal (por exemplo, Ana Maria Brito e Inês Duarte).

Neste sentido, começaremos com um breve enquadramento teórico relativo ao tema em questão; de seguida, passaremos à descrição do *corpus* e dos resultados obtidos; finalmente, procederemos à análise dos resultados de maneira a chegar, por último, a algumas conclusões.

2. Enquadramento teórico

A linguística é uma ciência empírica que observa e descreve a forma como se utiliza a linguagem, propõe teorias que ajudem a explicar fenómenos linguísticos observados e a prever observações futuras (novos dados). Contudo, os dados não são diretamente observáveis, pois não é possível aceder diretamente ao conhecimento linguístico interiorizado dos falantes. A sintaxe, em particular, é a disciplina da linguística que estuda a forma como as palavras se combinam para formar unidades maiores. A unidade máxima de análise sintática é a frase. Esta definição estende-se também ao Espanhol, uma vez que pode ser considerada como universal.

Os pronomes clíticos são uma área da sintaxe que apresenta variação e mudança linguística, tanto em Espanhol como em PE, dependendo do dialeto. De acordo com Brito, Duarte e Matos (2003: 827), “os pronomes clíticos correspondem prototipicamente às formas

átonas do pronome pessoal que ocorrem associadas à posição dos complementos dos verbos.” Contudo, em PE, não só podem denotar a pessoa gramatical, mas também uma função predicativa, como acontece, por exemplo, em “simpáticos para nós, eles sempre assim *o* foram”. Neste caso, o pronome *o* é de género neutro e é “correlato do pronome forte demonstrativo *isso*” (2003: 827). Vejam-se os quadros abaixo, que mostram os clíticos não reflexos e reflexos em PE, no primeiro quadro, e em ES, no segundo.

Pessoas gramaticais	Clíticos não-reflexos		Reflexos
	Acusativo	Dativo	Acusativo / dativo
1. ^a singular	Me	Me	Me
2. ^a singular	Te	Te	Te
3. ^a singular	Lhe	Lhe	Se
1. ^a plural	Nos	Nos	Nos
2. ^a plural	Vos	Vos	Vos
3. ^a plural	Os /as	Lhes	Se

Tabela 1. Identificação dos pronomes clíticos, segundo a Gramática de Língua Portuguesa (2003)

Formas dos pronomes pessoais átonos				
Pessoa gramatical			Singular	Plural
1. ^a pessoa			Me	Nos
2. ^a pessoa			Te	Os
3. ^a Pessoa	OD	Masculino	Lo Le	Los
		Feminino	La	Las
	OI ou Atributo	Neutro	Lo	-
		OI	Le (ou antes de outro pronome átono)	Les (ou antes de outro pronome átono)
	Forma reflexiva		Se	

Tabela 2. Identificação dos pronomes átonos em Espanhol, de acordo com o *Diccionario panhispánico de dudas* da Real Academia Española (<https://www.rae.es/dpd/>)

Em PE, os clíticos podem ocorrer em três posições: proclítica (antes do verbo), enclítica (depois do verbo) e mesoclítica (no meio do verbo), embora esta colocação apenas seja possível com formas do futuro do indicativo e do condicional. Para além disto, é importante referir que este pronome:

assume a forma *lo(s) / la(s)* quando a forma verbal termina em /s/ ou /t/, dando-se, *simultaneamente o desaparecimento destes elementos.*

(...) *apresenta-se como no(s) /na(s)* quando a forma verbal termina em nasal.” (Brito, Duarte & Matos 2003: 831)

O pronome átono a desempenhar a função de OD ou OI do verbo tem como a posição habitual a posição de ênclise: *comprei-o*. Relativamente à posição proclítica, devemos considerar que só acontece em situações específicas: na negação, com conjunções subordinativas, com pronomes relativos, demonstrativos e indefinidos, nas frases interrogativas e optativas que expressam desejo, advérbios (exceto os de modo) e com o verbo no gerúndio antecedido da preposição “em”.

Relativamente ao Espanhol, os pronomes clíticos aparecem unidos ao verbo, antes dele (próclise) ou depois dele (ênclise). Quando ocorre na posição enclítica, parece ser devido ao facto de o verbo estar no infinitivo (a), no gerúndio (b), ou no imperativo afirmativo (c), e escreve-se junto à forma verbal. A posição proclítica usa-se em todas as outras situações e os pronomes são escritos de forma isolada do verbo (d).

- a. Me gustaría verlo.
- b. ¿Estás leyendo el libro *Final de Juego*? Estoy leyéndolo.
- c. Sentaos todos.
- d. Te lo dije.

Neste último caso, a posição dos clíticos não se pode alterar, porque estamos perante uma sequência que é interpretada como uma unidade. Para Alarcos (*apud* Soriano 1999: 1258):

los pronombres átonos (o clítico) indican la ‘persona’ en que se complementa o implementa el verbo. [...] Los pronombres *me/te*, etc. son signos morfológicos que determinan el signo verbal del mismo modo que los signos morfológicos que constituyen sus desinencias.

De acordo com Soriano (1999: 1254), “las primeras y segundas personas no están diferenciadas para el género ni la reflexividad, y sólo marcan el caso, sin distinción entre dativo y acusativo. La tercera persona posee una forma reflexiva.” Ainda a respeito da 3.^a pessoa, o clítico no caso dativo (objeto indireto) *le* possui uma característica particular, que é o facto de não se escrever com o morfema do plural *-s*, em construções de reduplicação:

- e. A los niños le daré un caramelo. (Soriano 1999: 1259)
- f. *A los niños les daré un caramelo. (Soriano 1999:1259)

3. Corpus

O presente trabalho tem como objeto de estudo a tradução de frases, recolhidas do livro *Final del Juego*, de Julio Cortazár, do ES para o PE. A pesquisa foi realizada com o propósito de verificar e explicar possíveis problemas na tradução automática e compará-la com a tradução humana.

O programa utilizado para a tradução foi o *Google Tradutor*. A metodologia usada foi a extração de frases de alguns contos da obra supramencionada, posteriormente escritas no *Google Tradutor*, procedendo-se, de seguida, à verificação de alguns problemas provocados por este tipo de interpretação.

Assim, extraímos 14 construções frásicas em seis dos dezoito contos do livro, que estão agrupadas em três grupos: seis frases do primeiro grupo, quatro do segundo e quatro do terceiro. A divisão realizou-se conforme os problemas da tradução do pronome clítico do Espanhol para o PE, isto é, o primeiro grupo de frases ilustra o problema da posição enclítica ou proclítica no PE, o segundo exemplifica a pronominalização do clítico e, por último, o terceiro explicita a omissão do pronome e quando é que esta omissão compromete a compreensão da frase.

3.1. Descrição dos resultados

Perante o *corpus* recolhido, e de acordo com as regras existentes sobre a posição do clítico, procederemos agora ao levantamento dos dados, ou seja, à descrição quantitativa e qualitativa de alguns problemas na tradução automática, com o objetivo de detalhadamente expor as informações obtidas.

As construções frásicas escolhidas para o presente trabalho foram selecionadas dos seis primeiros contos do livro *Final del Juego*, de Julio Cortázar. Foram transcritas 14, que estão divididas em três grupos: ao primeiro, pertencem aquelas em que a tradução automática do pronome para o PE não está de acordo com a posição da norma-padrão, o segundo apresenta as frases em que existe uma substituição do clítico acusativo ou dativo por um pronome lexical e o terceiro é constituído por frases em que existe omissão do clítico na tradução para o PE.

Neste primeiro grupo, obtivemos os seguintes resultados:

Original	Tradução PE
Pero ahora que está fuera del pullover se ve es su mano de siempre y él la deja caer al extremo del brazo flojo.	Mas agora que está fora do pulôver, você pode ver que é a mão de sempre e ele a deixa cair no final do arranhão preguiçoso.
Me das risa, pobre	Você me faz rir, coitado
Tío Carlos la cargó con Grasas	Tio Carlos a carregou de Gorduras
Lila me avisó desde los ligustros que en su casa también salía humo.	Lila me contou do ligustro que também estava saindo fumaça da casa dela.
Abuelita me llamó para tomar café	Vovó me chamou para um café
Don Pérez me condujo a mi platea	Don Pérez me conduziu até minhas baias.

Tabela 3. A tradução das frases de ES para PE

Assim, no primeiro grupo, verifica-se um problema na tradução oferecida pelo programa, que se relaciona com o clítico em posição proclítica, ou seja, antes do verbo. Ainda no mesmo grupo, constata-se que a tradução foi feita num sentido literal e não de acordo com as regras da sintaxe do PE. Esta versão poderá, possivelmente, remeter para o Português do Brasil (PB), como nos parece acontecer, por exemplo, na última frase da tabela 3: *vovó me chamou para um café*, uma vez que, no PB, a posição habitual do clítico é a próclise.

Neste segundo grupo, a tradução apresentada pelo programa foi:

Original	Tradução para PE
que te has ido diciendo no sé qué cosa, que te ibas a tirar al Sena	que você anda dizendo não sei o quê, que ia se jogar no Sena
cuando Lila vino con la pala le pregunté de dónde había sacado la pluma	quando Lila veio com a pá, perguntei onde ela conseguiu a pena.
Irónicamente se le ocurre que si hubiera una silla cerca podría descansar y respirar mejor hasta ponerse de todo el pulóver.	Ironicamente, ocorre a ele que se houvesse uma cadeira por perto ele poderia descansar e respirar melhor até vestir todo o pulôver.
cuando mamá le preguntó que le pasaba dijo que nada.	quando a mãe perguntou o que havia de errado, ele não disse nada. quando a mãe perguntou a ele o que estava errado, ele não disse nada

Tabela 4. Tradução das frases do terceiro grupo ES > PE – extraídas do livro *Final del Juego*, de Julio Cortázar

Neste grupo, observa-se que a tradução do pronome clítico do Espanhol (*te*, *le*) para o PE apresenta alguns problemas, uma vez que, relativamente à tradução automática, o *te* ou *le* é traduzido para um pronome – “(...) perguntei onde **ela** conseguiu a pena” / “quando a mãe perguntou **a ele** o que estava errado (...)”, o que mostra que estamos perante uma tradução, não do PE, mas do PB, sendo a pronominalização lexical frequente nesta variedade.

Neste último grupo, a tradução automática das frases supramencionadas é a seguinte:

Original	Tradução para PE
Hugo y yo hicimos la sillita de oro y la llevamos del lado de la puerta blanca	Eu e o Hugo fizemos a cadeirinha dourada e levamos para o lado da porta branca.
el silencio de la habitación le pareció todavía más espeso	o silêncio da sala parecia ainda mais denso.
Le preguntó con el tono profesional que apenas disimulaba la indiferencia.	Ele perguntou com o tom profissional que mal disfarçava a indiferença. Perguntou com aquele tom profissional que mal disfarçava a indiferença.
Me pareció verle un aire entre interesado y perplejo; su oído debía estarle mostrando la diferencia entre un concierto ordinario y el de una bodas de plata.	Achei ter visto um ar entre interessado e perplexo; seu ouvido deve estar mostrando a diferença entre um concerto comum e um casamento de prata. Achei ter visto um ar entre interessado e perplexo; seu ouvido deve estar lhe mostrando a diferença entre um concerto comum e o de um casamento de prata.

Tabela 5. Tradução das frases do terceiro grupo ES > PE – extraídas do livro *Final del Juego*, de Julio Cortázar

Assim, no terceiro e último grupo, verifica-se um problema de omissão do pronome clítico, marcado, em ES, por *la*, *le* e *se*, na tradução para PE. De facto, neste caso, em Espanhol, o clítico na terceira pessoa e na forma acusativa é fundamental e obrigatório na frase. Em PE, também marcamos o OD e OI com os respetivos pronomes.

3.2. Análise dos resultados

Considerando-se o trabalho de análise de problemas na tradução automática dos pronomes clíticos aqui considerados, é possível afirmar, em primeiro lugar, que algumas frases do primeiro grupo foram traduzidas de acordo com a sintaxe do PB, e não do PE. Tal comportamento talvez possa dever-se ao facto de os documentos inseridos e/ou as palavras introduzidas pertencerem ao PB e ao PE, uma vez que a memória da ferramenta de tradução automática é alimentada pelos usuários. Enquanto a posição habitual do clítico, em PE, é enclítica, no PB, é proclítica, i.e., surge antes do verbo. Ora, vejamos os seguintes exemplos:

- (1) Lila me avisó desde los ligustros que en su casa también salía humo. (original)
 (1a) Lila **me** contou do ligustro que também estava saindo fumaça da casa dela. (tradução automática)
 (1b) Lila avisou-me através dos arbustos que em sua casa também saía fumo. (tradução humana)
- (2) Abuelita me llamó para tomar café
 (2a) Vovó **me** chamou para um café. (tradução automática)
 (2b) Avozinha chamou-me para tomar café. (tradução humana)

Já nos exemplos seguintes (cf. (3)), verificam-se dois problemas: a colocação do pronome clítico na posição proclítica e o uso do pronome pessoal na 3.^a pessoa do singular. O verbo está conjugado na segunda pessoa do singular, logo, a tradução tem de ser similar ou igual. Contudo, a forma de tratamento no PB é frequentemente o *você*, em vez de *tu*, como acontece em PE.

(3) Me das risa, pobre.

(3a) Você me faz rir, coitado. (tradução automática)

(3b) Fazes-me rir, desgraçado. (tradução humana)

De acordo com o *Diccionario panhispánico de dudas – RAE*³, “los clíticos se anteponen, en el uso corriente, a las formas simples de indicativo”, enquanto em PE, a posição lógica e habitual do pronome que desempenha a função sintática de OD ou de OI é enclítica. Contudo, através da tradução automática, é possível constatar que o clítico está antes do verbo, sem que haja uma justificação para esta posição de próclise em PE. Em Português do Brasil, a posição do pronome clítico está reduzida à próclise.

(4) Tío Carlos la cargó con Grasas.

(4a) Tio Carlos a carregou de Gorduras. (tradução automática)

(4b) O tio Carlos carregou-a de Gorduras. (tradução humana)

(5) Don Pérez me condujo a mi platea.

(5a) Don Pérez me conduziu até minhas baias. (tradução automática)

(5b) Don Pérez conduziu-me até à plateia. (tradução humana)

Para além disso, segundo Cunha e Cintra (1998), “nas locuções verbais em que o verbo principal está no infinitivo ou gerúndio dá-se sempre a ênclise ao infinitivo ou ao gerúndio.” No exemplo (6), o *Google Tradutor* oferece-nos uma tradução proclítica do pronome, o que não corresponde à regra referida na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

(6) pero ahora que está fuera del pulóver se ve es su mano de siempre y él la deja cair al extremo del brazo flojo.

(6a) mas agora que está fora do pulôver, você pode ver que é a mão de sempre e ele a deixa cair no final do arranhão preguiçoso. (tradução automática)

³ Real. A.E., “Pronombres Personales Átonos” in *Diccionario panhispánico de dudas* – possível de ser consultado em <https://www.rae.es/dpd/pronombres%20personales%20átonos> (último acesso: 16.01.23)

Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/elingUP/>

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

(6b) mas agora que está fora do pullover, vê-se a sua mão habitual e ele deixa-a cair no extremo do braço fraco. (tradução humana)

No segundo grupo de frases, verifica-se que o problema da tradução automática é na pronominalização lexical do clítico. Ou seja, o pronome não é traduzido na sua forma dativa (OI), como é típico em PE, mas lexicalmente, prática recorrente no PB. Segundo González (*apud* Simões 2013: 15-16), o PB possui uma tendência de não realizar o pronome ou de realizá-lo lexicalmente (ex.: a *ele*), enquanto o Espanhol o usa naturalmente incorporando a gramática nuclear.

(7) Irónicamente se le ocurre que si hubiera una silla cerca podría descansar y respirar mejor hasta ponerse de todo el pullover.

(7a) Ironicamente, ocorre a ele que se houvesse uma cadeira por perto ele poderia descansar e respirar melhor até vestir todo o pulôver. (tradução automática)

(7b) Ironicamente, ocorre-**lhe** que se houvesse uma cadeira por perto poderia descansar e respirar melhor até vestir o pullover. (tradução humana)

(8) Cuando mamá le preguntó que le pasaba dijo que nada.

(8a) Quando a mãe perguntou o que havia de errado, ele não disse nada. (tradução automática)

(8b) Quando a mãe perguntou a ele o que estava errado, ele não disse nada (tradução automática)

(8c) Quando a mãe lhe perguntou o que se passava, ele disse nada. (tradução humana)

É importante salientar que antes da frase número 8, o *Google Tradutor* ofereceu apenas uma tradução. Na construção frásica 8, a ferramenta de tradução automática, apresentou duas possíveis traduções: ilustra a tendência da não realização do pronome ou da realização lexical do mesmo – ocorrência frequente no PB. Já em PE, a ocorrência do pronome clítico em posição de próclise verifica-se em diversas situações, incluindo nas orações subordinadas desenvolvidas, ainda que a conjunção esteja oculta (Cunha & Cintra 1998: 312).

Por último, no terceiro grupo há omissão do pronome clítico na tradução para o Português. Segundo Brito, Duarte e Matos (2003: 833), em PE, pode existir a omissão do clítico, quando estamos perante posições argumentais, sendo, por isso, intitulado de indutor de construções específicas, em concreto com objeto nulo.

(9) El silencio de la habitación le pareció todavía más espeso.

(9a) O silêncio da sala parecia ainda mais denso. (tradução automática)

(9b) O silêncio da sala parecia ainda mais pesado. (tradução humana)

(9c) O silêncio da sala parecia-lhe ainda mais pesado. (tradução humana)

- (10) Le preguntó con el tono profesional que apenas disimulaba la indiferencia.
 (10a) Perguntou com aquele tom profissional que mal disfarçava a indiferença. (tradução automática)
 (10b) Perguntou com aquele tom profissional que mal disfarçava a indiferença. (tradução humana)
 (10c) Perguntou-lhe com aquele tom profissional que mal disfarça a indiferença. (tradução humana)
- (11) Hugo y yo hicimos la sillita de oro y la llevamos del lado de la puerta blanca.
 (11a) Eu e o Hugo fizemos a cadeirinha dourada e levamos para o lado da porta branca. (tradução automática)
 (11b) Hugo e eu fizemos a cadeirinha e levamo-la para o lado da porta branca. (tradução humana)
 (tradução humana)

Relativamente ao exemplo (11), não se verifica, na tradução em (11a), a ocorrência do pronome clítico, o que, na nossa opinião, pode comprometer a compreensão do enunciado. Contudo, se analisarmos o contexto da frase, o conteúdo do clítico é recuperável. No entanto, se a construção frásica aparecer isolada, a mesma pode ser considerada agramatical, uma vez que, na frase original, o pronome clítico está presente e remete automaticamente para o OD.

(11c) “(...) Lila se tropezó en una laja. (...) Hugo y yo hicimos la sillita de oro y la llevamos del lado de la puerta blanca (...)”.

A omissão do pronome clítico acontece, talvez, na frase (12), tal como na frase (11) e isso pode provocar problemas de compreensão por parte do leitor, uma vez que falta informação essencial na frase.

- (12) Me pareció verle un aire entre interesado y perplejo; su oído debía estarle mostrando la diferencia entre un concierto ordinario y el de unas bodas de plata.
 (12a) Achei ter visto um ar entre interessado e perplexo; seu ouvido deve estar mostrando a diferença entre um concerto comum e um casamento de prata. (tradução automática)
 (12b) Achei ter visto um ar entre interessado e perplexo; seu ouvido deve estar lhe mostrando a diferença entre um concerto comum e o de um casamento de prata. (tradução automática)
 (12c) Pareceu-me tê-lo visto com um ar entre interessado e perplexo; o seu ouvido devia estar a mostrar a diferença entre um concerto comum e umas bodas de prata. (tradução humana)

Nas seguintes frases é possível constatar que o *Google Tradutor* conseguiu traduzir de uma forma correta o pronome clítico. No entanto, salientamos que, em 14 frases analisadas, só estas duas é que correspondem às regras da gramática do Português Europeu.

- (13) Le pregunté si podía llevar las cosas al cuarto de las herramientas.
 (13a) Perguntei-lhe se podia levar as coisas para a sala de ferramentas. (tradução automática)
 (13b) Perguntei-lhe se podia levar as coisas para a sala das ferramentas. (tradução humana)
 (14) Le bastaba caminar unos metros para llegar a la habitación
 (14a) Bastou-lhe caminhar alguns metros para chegar ao quarto. (tradução automática)
 (14b) Bastava-lhe caminhar alguns metros para chegar ao quarto. (tradução automática)

4. Conclusões

Partindo da análise dos resultados recolhidos no *corpus*, tentaremos agora fazer uma sistematização das conclusões a que chegámos. O objetivo inicial consistiu na identificação, análise e esquematização de problemas que ocorrem na tradução automática do pronome clítico do Espanhol para o PE. Para o atingir, partimos da seleção de 14 frases de seis dos 18 contos do livro *Final del Juego*, de Julio Cortázar e, posteriormente, inserimos as construções frásicas no *Google Tradutor*, com o propósito inicial de identificar problemas na tradução.

Assim, confirmamos que a tradução automática do clítico para o PE apresenta, de facto, algumas dificuldades, pois os pronomes clíticos são uma área da sintaxe do Espanhol e do Português que apresenta variação linguística. Neste caso em particular, verificou-se que a variedade do Português Brasileiro predomina neste tipo de ferramenta de tradução automática, pois, segundo alguns estudos, há uma maior contribuição de brasileiros do que europeus neste tipo de ferramenta, uma vez que ela é alimentada pelos utilizadores.

Este trabalho permitiu concluir que a tradução automática tem imperfeições, competindo, por isso, ao tradutor humano melhorar a ferramenta ou a aplicação tecnológica, para que, no futuro, não haja problemas gramaticais. Aos tradutores, compete, também, a realização de uma tradução segundo a norma da variedade linguística a que pertencem, por exemplo, no caso do PE e do PB, em que a sintaxe apresenta algumas diferenças. Por último, em caso algum é possível assumir que uma tradução possa provocar a perda da essência do original.

Referências

- Brito, A. M.; Duarte, I.; Matos, G. 2003. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In Gramática da Língua Portuguesa. (5a ed., 826-834). Lisboa: Caminho.
 Cortázar, J. 1970. *Final del Juego*. Buenos Aires: Editorial sudamericana.
 Cunha, C.; Cintra, L. 1998. Pronomes. In Gramática do Português Contemporâneo (14a ed., 310 – 318). Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- Real Academia Española. 2010. El pronombre personal. La correferencia. Las formas de tratamiento. In Manual de La Nueva Gramática de La Lengua Española (311 – 315). Espasa Libros S. L. U.
- Real Academia Española. Pronombres Personales Átonos. In Diccionario panhispánico de dudas. 2a ed. Disponível na Internet em: <https://www.rae.es/dpd/pronombres%20personales%20átonos>, accedido em 16.01.2023.
- Simões, A. 2013. A Sintaxe do espanhol e do português brasileiro: evidências para a gramática não nativa do espanhol. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Soriano, O. F. 1999. El Pronombre Personal. Formas y Distribuciones. Pronombres Átonos y Tónicos. In Gramática Descriptiva de la Lengua Española – Sintaxis básica de las clases de palabras (1258 – 1568). Madrid: Editorial Espasa Calpe.

ANÁLISE DOS GESTOS ENFÁTICOS E RELAÇÃO COM O CONTEÚDO VERBAL EM DISCURSO POLÍTICO: PATRICE TALON VS EMMANUEL MACRON

Alban Aminou Zossou¹

albanling2015@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O intuito deste artigo é, a partir de abordagens teóricas, analisar qualitativamente os gestos enfáticos no discurso político, ou seja, os gestos que expressam maior força ilocutória, através da comparação entre as intervenções dos presidentes Patrice Talon e Emmanuel Macron na Conferência de Imprensa dada durante a visita de trabalho do presidente francês no Benim, no dia 27 de julho de 2022. O trabalho é relevante por possibilitar o entendimento de como, no discurso, a gestualidade contribui, não só para a expressão do forte envolvimento e convicção argumentativa, mas também para o impacto do discurso sobre os ouvintes/observadores.

PALAVRAS-CHAVE. Gestos enfáticos. Discurso político. Gestualidade. Patrice Talon. Emanuel Macron. Orientação do olhar (*gaze*).

ABSTRACT. The aim of this article is a qualitative analysis, based on theoretical approaches, of the illocutionary force of gestures in political discourse, i.e. which gestures express greater illocutionary force, which will be carried out through the comparison of the speeches of Presidents Patrice Talon and Emmanuel Macron at the Press Conference given during the President's working visit to Benin on July 27th 2022. The work is relevant for enabling the understanding of how, in discourse, gestures contribute not only to the expression of strong involvement and argumentative conviction but also to the impact of the discourse on listeners/observers.

KEYWORDS. Emphatic gestures. Political discourse. Gesture. Patrice Talon. Emmanuel Macron. Eye orientation (*gaze*).

¹ Estudante do 2.º ano do 3.º Ciclo de Estudos em Ciências da Linguagem - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/elingUP/>

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

1. Introdução

Pela sua natureza intrínseca à linguagem, os gestos fazem parte do discurso oral de qualquer indivíduo, em qualquer parte do mundo, em qualquer comunidade linguística. Como parte do enunciado, os gestos do discurso expressam propósitos comunicativos do falante e, em muitos contextos, sobretudo num discurso de influência, não só fornecem ao interlocutor pistas de interpretação da mensagem entendida pelo falante, mas também possuem uma força ilocutória importante, conforme afirma Gumperz (2002).

Pretende-se aqui apresentar, a partir da análise de gestos (Calbris 2003, Kendon 2013, McNeil 1992), o cenário das intervenções do presidente da República do Benim, Patrice Talon, e do presidente de França, Emmanuel Macron, ocorridas no dia 27 de julho em Cotonou, na visita de trabalho do presidente francês, e averiguar como os gestos que acompanharam o discurso proclamado por cada um dos presidentes foram determinantes para cumprir um propósito ilocutório.

Nos capítulos que se seguem, serão explorados, em primeiro lugar, alguns fundamentos teóricos sobre os gestos que acompanham o discurso, ou seja, os gestos co-verbais (Kendon 2013, McNeill 1992), com maior ênfase nos gestos enfáticos no discurso político (Calbris 2003). Passa-se, em seguida, à parte prática de trabalho, que consiste numa breve descrição do *corpus* e na análise dos dados.

2. Algumas abordagens teóricas sobre gesto e gestualidade

2.1. Gestos e gestualidade

Os gestos, no sentido lato, são os movimentos de diversas partes do corpo que estão envolvidos na produção do enunciado, como a orientação do olhar, os movimentos do torso e da cabeça e, ainda, as expressões faciais. No sentido mais restrito, são os movimentos executados pelos membros superiores (braços, mãos e dedos), razão pela qual são muitas vezes designados por gestos manuais. Pelas suas propriedades físicas e representação neurológica, são a modalidade mais precisa entre todas as que acompanham a fala, à qual estão intrinsecamente ligadas.

Como tal, os gestos representam uma fonte de informação comunicativa num discurso, por exemplo, complementam, contradizem ou modificam significados, e organizam e marcam partes do discurso como mais ou menos importantes (cf. Kendon 2004). Além de ajudarem o falante a dar precisão de sentido ao que diz, também orientam o ouvinte na interpretação da mensagem do falante (cf. Kendon 2013).

A importância dos gestos é tão impactante que Vezali (2012: 4) destaca:

O “dizer”, a interação e o compartilhamento de cultura e conhecimentos pelas diversas linguagens (inclusive a língua) tomam um sentido a partir do corpo como entrecruzamento de uma inscrição histórico-cultural, que pode ser dada pelo corpo de cada um, como pela particularidade da situação, com uma experiência atual sempre ocorrida no presente.

Assim, o que se diz ganha sentido a partir dos gestos manuais e dos movimentos de outras partes do corpo envolvidas na produção do enunciado. Precisamente por reforçarem, complementarem ou modificarem o que é dito por palavras, e por estarem intrínseca e espontaneamente envolvidos na produção verbal, os gestos constituem a parte visível do enunciado, sendo elementos essenciais na produção de sentido (Kendon 2004, 2013).

Considerando o conjunto de todos os movimentos que estão envolvidos nas sequências de enunciados do discurso, que se refere aqui também por gestualidade, pode constatar-se que os grandes segmentos são sustentados pela mudança contínua de postura ou por novas orientações de cabeça ou padrões repetidos dos movimentos da cabeça. Os menores segmentos do discurso são sustentados por movimentos de fases mais curtas, como, por exemplo, mudanças de configuração de mãos e dedos, expressões faciais, um encolher de ombros, acenos e abanos da cabeça (cf. Calbris 1998). Pode até sugerir-se que, à semelhança da prosódia, a gesticulação marca as relações sintáticas da frase.

A orientação do olhar enquadra-se nos gestos deícticos, por inferir intenções comunicativas marcadamente expressas, a partir de um “processo de interpretação situado ou estabelecido no contexto”, segundo Oliveira e Pereira (2016), tanto para o falante, quanto para o interlocutor. Assim, a orientação do olhar integra a lógica do postulado teórico de “contextualização” e de “inferência” (Gumperz 2002, Blom & Gumperz 2002). Tal teoria, como realça Galhano-Rodrigues (2003), estipula a observação de pistas de diversas modalidades não referenciais e não-lexicais usadas pelos falantes para contextualizar e interpretar as suas intenções comunicativas na atividade interacional. De acordo com o mesmo raciocínio, a orientação do olhar, sendo um elemento necessário para a interpretação, desempenha também uma função de monitorização do ouvinte. Com efeito, ao olhar, o falante

pode monitorar o ouvinte e ter informações acerca de suas possíveis interpretações sobre o que o locutor está a dizer. Todo esse leque de elementos constitui as estratégias de comunicação.

Para o presente estudo, definimos a orientação do olhar em duas categorias: curta duração e longa duração. Dessa forma, a denominação ‘curta duração’ refere-se ao tempo que o gesto levou para ser realizado, desde a posição inicial até pousar o olhar sobre o outro interlocutor (McNeill 1992, Galhano-Rodrigues 2006). Neste caso específico dos gestos de curta duração, o tempo foi medido a *um segundo*. A realização do gesto que ultrapassa um segundo para atingir o seu objetivo foi classificada, para a análise, na categoria ‘longa duração’, como é o caso, por exemplo, do gesto de girar a cabeça 90° em mais de um segundo.

Como neste estudo se considera o discurso como sendo formado por modalidades visíveis e audíveis, torna-se necessário analisar tanto a fala quanto os gestos enfáticos dos oradores. Esses gestos têm como propósito reforçar a semântica do que foi dito, mostrando ao interlocutor que aquilo que foi dito é importante (Nogueira & Almeida 2002: 64), ou atribuir uma conotação de maior importância a um elemento específico dentro do discurso, suscitando o interesse do interlocutor a prestar atenção naquele elemento, devido à sua importância (Santos & Galvão 2012: 105). A relevância das ideias no momento do olhar dos presidentes vem, por um lado, da complexidade de olhar para o outro, virando a cabeça, e, por outro, da necessidade de olhar para o outro, apesar da dificuldade, posto que cada um dos pronunciamentos dos presidentes se direcionava implicitamente ao outro. Outro propósito foi o de perceber em que momento do discurso se dava essa orientação de olhar. Desse modo, os gestos enfáticos (a orientação de olhar) foram selecionados para fundamentar a nossa argumentação. Com efeito, a orientação do olhar é algo normal em discursos, no entanto, cada presidente escolhe um momento específico durante o discurso para orientar o olhar.

2.2. Gestos enfáticos

No presente trabalho, o que se define como *gestos enfáticos* é a orientação do olhar (*gaze*) (cf. Argyle & Cook 1976; Argyle & Ingham 1972). Cook (1977) afirma que a orientação do olhar é algo normal nos comportamentos sociais, e é um signo não verbal, tal como a expressão facial, as posturas, os tons de voz, etc. O autor sustenta que “*gaze is defined as looking at another person in or between the eyes, or, more generally, in the upper half of the face*” (Cook 1977: 328).

A proximidade dos interactantes é um dos elementos condicionantes da regularidade

dos olhares. Assim, Argyle e Ingham (1972: 34) afirmam que, quanto maior a distância, mais se multiplicam os olhares para a outra pessoa, uma vez que é mais difícil recolher informação, dada a distância e o ângulo de visão. No entanto, a orientação do olhar é um papel desempenhado normalmente, tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, mas principalmente pelo ouvinte para demonstrar o seu interesse no que o falante diz (Galhano-Rodrigues 2012: 16).

A primazia de considerar a orientação do olhar como gesto enfático reside no facto de possuir um valor informacional e comunicacional, como aponta Parisot (1998). Com efeito, o gesto, de forma geral, é um componente do discurso e é feito de maneira intencional. Desse modo, no caso específico da orientação do olhar, enquanto gesto enfático, o contexto é determinante para a sua interpretação e compreensão, já que um gesto desprovido de contexto não significa nada (cf. Calbris 2003) e, ainda, porque os gestos enfáticos são paralinguísticos.

Parisot (1998), ao retomar Kendon (1967), categoriza três funções caracterizadoras do olhar: informativa (recolha de informações), sinalizadora (avisar o interlocutor) e expressiva (pôr uma intenção, sentimento ou atitude em evidência). Destas, as duas últimas funções evidenciam o carácter enfático atribuído à orientação do olhar nesse trabalho, justificando o seu valor informacional e comunicacional.

Aqui, os gestos enfáticos são gestos interativos, não podendo ser considerados como lexicais, desempenhando uma função ilocutória e ilustradora do/no discurso. Os gestos enfáticos carregam características semânticas por constituírem elementos que explicam, caracterizam, modulam e coordenam as ações e atitudes dos intervenientes do discurso. Por isso, de acordo com Santos e Galvão (2012: 1059):

Não obstante, do ponto de vista semântico os gestos podem ser: Enfáticos: em geral acompanham a fala para enfatizar determinado ponto da interação por se constituir em ponto central da produção verbal, ou seja, ao enfatizar determinado elemento verbal há a atribuição da conotação de maior importância desse ponto dentro do discurso permitindo ao interlocutor perceber que naquele momento há a presença de algo que se porta como essencial ao conjunto semântico e para o qual a atenção deva se voltar, contraditórios, dêiticos, mímicos, executores, apelativos, afetivos, exibidores, descritivos, ritualísticos, desafiadores, pudicos, aprovadores/ desaprovadores.

Da mesma forma, os gestos enfáticos são, segundo Nogueira e Almeida (2016: 65),

reforçadores por terem como objetivo enfatizar aquilo que o locutor diz e serem indissociáveis do ato verbal. São gestos comunicativos que informam sobre a compreensão e a interpretação dos tópicos em discussão dentro de um contexto específico.

Nogueira e Almeida (2016), retomando Steinberg (1988), elencam dois tipos de gestos: os não codificados (aqueles que acompanham simplesmente o discurso) e os codificados (aqueles que substituem ou reforçam o discurso). Estes últimos interessam-nos por consolidarem o caráter informacional e comunicacional dos gestos enfáticos ao qual nos referimos neste trabalho.

3. Algumas considerações sobre o discurso político

O conceito de discurso afigura-se complexo, o que é justificado pelas diversas correntes teóricas das ciências da linguagem (Calbris 2003; Maingueneau 1996, 2021). Todas as abordagens da Linguística vão apreender o discurso de uma forma particular de acordo com postulados específicos. Do mesmo modo, há também confluências de teorias ou de olhares metodologicamente elaborados no âmbito de outras disciplinas, como a Psicologia, a Sociologia, etc., que enxergam o discurso com uma apropriação intelectual profícua.

Neste artigo, segue-se a perspectiva de Fairclough (2016), que sustenta o uso da linguagem como prática social, que aponta três dimensões importantes para pensar o discurso: discurso como texto, discurso como prática discursiva e discurso como prática social. O autor considera o discurso como texto, por ser uma produção oral ou escrita feita por alguém; como prática discursiva, relaciona-se com o processo de produção e de consumo desta produção; e, por fim, como prática social, é uma representação das relações sociais de poder, refletindo uma forma de influenciar o destinatário de acordo com os interesses de quem o produz (Fairclough 2016: 121).

Vale ressaltar que essas dimensões se concretizam a partir do contexto em que se enuncia o discurso. Nesse sentido, Hanks (2008: 174) explicita que:

Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que não seja “contexto de”, ou “contexto para”. Como este conceito é tratado depende de como são construídos outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros.

Em consideração a esta afirmação do autor, percebe-se que a noção de contexto se apresenta como algo não autónomo, porque diversos elementos do discurso vão moldando o contexto antes, durante e depois do discurso, como, por exemplo, os participantes do processo de produção, que são uma parte chave do contexto, o ambiente do discurso, o género do discurso, etc. No caso dos autores dos discursos em análise, o título e a obrigatoriedade de fazer um discurso politicamente correto em dois países, Benim e França, e adaptado ao contexto político são dois fatores relevantes.

No presente estudo, o foco incide sobre o ‘discurso político’. Se existe discurso político, certamente ele coexiste com outros tipos de discursos na sociedade. De facto, os discursos sociais compõem os diálogos das pessoas na sociedade. A questão é saber: qual é a importância e o impacto do discurso político?

De forma geral, o discurso político, segundo Charaudeau (2011: 16), é um posicionamento quanto às relações entre linguagem, ação, poder e verdade. Esse discurso é importante porque é pronunciado por pessoas consideradas de referência social e política, e ele deve congrega todas as energias da sociedade para suscitar uma aceitação em cada pessoa daquela sociedade (Charaudeau 2011: 40). Ademais, esse discurso deve projetar confiança e responsabilidade para a população, mas deve, também, levar essa mesma população a refletir sobre as situações sociais e políticas e os seus papéis na resolução dessas situações. Para o estudioso do discurso Charaudeau (2011), o discurso político relaciona-se com quatro elementos importantes, nomeadamente linguagem, ação, poder e verdade. Por meio desta consideração, o discurso político deve trazer uma efetividade da ação e uma concretização da verdade desta ação. Sabemos que todo discurso tem como propósito convencer. Embora os argumentos para convencer sejam muitos, o político precisa convencer a população com as suas ações para comprovar as suas verdades por meio dessas realizações.

Neste instante, vale ressaltar a proeminência da gestualidade como componente do discurso, em geral, e do discurso político, em particular. Com efeito, Calbris (1998) aponta o facto de a gestualidade ser parte da comunicação, o que implica a impossibilidade de dissociar os gestos realizados do próprio discurso. Desse modo, qualquer gesto deve ser considerado como elemento complementar para a interpretação das intenções do orador. Essa é a razão por que a autora qualifica a gestualidade na comunicação como um fator de cunho pedagógico (Calbris 1988: 11), ideia que se aproxima da visão de Kendon (2004) do gesto como sendo a parte visual do enunciado. Por outro lado, a obrigatoriedade do político em se pronunciar vem do seu comprometimento com a população através do fazer político. Desse modo, o discurso

político serve como forma de manter o contacto e de manter a população a par das ações políticas. Aqui, as ações políticas referem-se a decisões tomadas sobre diversos assuntos sociais, julgamento de valores feitos, planos de organização e de reorganização, entre outras. Em resumo, tudo o que se encaixa no fazer político com o intuito de organizar, facilitar e proteger a vida das pessoas.

Para isso, o político exerce o poder a ele conferido por lei, para alcançar o melhor resultado a partir dos seus planos de organização e de estratégia. O poder aplica-se à capacidade de influenciar o curso de algo ou criar, fazer acontecer algo novo, para alcançar um resultado desejado. Para tanto, o político dispõe de diretrizes da lei e dos atributos do seu cargo para tal propósito, sem contar a figura emblemática que representa dentro da sua sociedade. Nesse sentido, o poder político assemelha-se às ações do político. Para Hervás (2021), três conceitos resumem o poder político: a legitimidade, a soberania e a hegemonia. Hervás (2021: 253) apresenta-os desta forma:

Así, la legitimidad puede considerarse tanto *conditio* como aspiración de la soberanía; ésta, a su vez, se confunde con la hegemonía, si bien esta última categoría incorpora un sesgo contemporáneo en la medida en que asume tanto el politeísmo de valores como la atención a las demandas sociales, que considera inarmonizables.

Cada ação precisa de ser provada o mais nitidamente possível, pois cada prova representa a verdade do fazer político, a verdade da ação política. Com efeito, o lado “verdadeiro” do fazer político manifesta-se pela quantidade de provas e dados identificáveis e perceptíveis aos olhos de todos, pois a prestação de contas far-se-á com essas provas e é a partir delas que as pessoas vão oferecer a confiança do voto ao político. Da mesma forma, os conhecimentos socialmente partilhados participam dessa demonstração da verdade. Num primeiro momento, os conhecimentos partilhados dizem respeito às realidades sociais conhecidas por todos e passadas de geração para geração (Blom & Gumperz 2002) e constituem um recurso eficaz no discurso, servindo tanto como argumentação, quanto exemplo. Num segundo momento, as ações políticas visíveis e notáveis tornam-se conhecimentos partilhados, no sentido de serem da apreciação de todos.

4. Parâmetros a considerar

A fala caracteriza-se aqui em enunciações verbais (Benveniste 1976) com o intuito de exprimir uma ideia ou um pensamento. Desse modo, a expressividade verbal parte de uma organização mental, uma produção e uma enunciação do pensamento. O discurso político caracteriza-se por um grau de formalidade devido ao estatuto dos oradores e ao contexto pragmático em que o discurso é pronunciado. Esse lado formal é de suma importância por ter de seguir regras de elaboração e estruturação. Por isso, Van Dijk (1996: 50) explica que:

Un lenguaje, tanto natural como artificial, puede definirse como un conjunto de expresiones simbólicas. En un lenguaje formal este conjunto se define estrictamente: las reglas estipulan qué es una expresión de un lenguaje formal particular y qué no es. Al igual que en gramática, hablamos aquí de reglas de sintaxis, en concreto, de reglas que definen qué expresiones están bien formadas y se llaman reglas de formación.

Deste facto, percebe-se, nos dados em análise, uma adequação sintática formal e uma organização dos discursos, dividindo-os em partes, nas quais argumentos específicos foram desenvolvidos para seguir o cumprimento dessas regras de formação expressas pelo orador. Cada tópico de discurso foi apresentado com uma sequência de conjuntos de proposições e dados, para deixar as ideias o mais claras possível.

5. Análise do *corpus*

5.1. Da recolha para a metodologia de análise

A análise dos dados foi feita com suporte do programa ELAN, um instrumento que permitiu fazer uma segmentação precisa dos gestos, tendo em vista a sua coordenação com a fala dos pontos de vista temporal, semântico e formal. De igual modo, o uso desse programa possibilitou a categorização das partes dos discursos dos dois presidentes: a orientação da cabeça e a manutenção do olhar enquanto o falante segue o seu discurso. Com o modelo de transcrição GAT, as falas foram segmentadas de acordo com os gestos que as seguem logo após ou durante a enunciação, o que possibilitou que a combinação *fala* e *gesto* fosse feita com mais precisão.

De acordo com o propósito do presente trabalho, e relembramos que, o gesto em foco é

o movimento de girar a cabeça para olhar o interlocutor que está ao lado. Esse gesto não é o mesmo quando se trata de um pronunciamento a um público que está em frente ao orador, já que, nesse caso, ele levanta a cabeça para perceber o público que está escutando o pronunciamento. No presente contexto, supõe-se que o orador do discurso preste atenção ao público, levantando a cabeça, e também preste atenção, sobretudo, ao colega que está ao lado, girando a cabeça, movimentando todo o dorso para olhar. Para um tal evento gestual, temos como posição inicial a imagem a seguir:



Imagem 1. Posição inicial²

Considerando a presente imagem, podemos perceber que os dois púlpitos foram colocados em um alinhamento geométrico horizontal. Isso significa que os dois presidentes têm a única opção de estar um do lado do outro, como mostra a imagem, pois a conferência é normalmente dada ao coletivo de pessoas de variadas funções presentes no local. Para olhar o outro da sua posição inicial, cada um dos presidentes precisaria girar a cabeça, fazendo uma curva de 90°. Esse movimento é mais difícil do que um simples movimento de levantamento de cabeça. Com um movimento não muito fácil e a obrigatoriedade de fazer um discurso eloquente sem deixar o movimento da cabeça atrapalhar, cada presidente adotou a estratégia de girar todo o corpo com uma curva de 90° na maioria das vezes que quis olhar o seu homólogo, como apontam as imagens a seguir.

² Fonte: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2022/07/27/deplacement-du-president-de-la-republique-au-benin>.



Imagem 2. Talon³



Imagem 3. Macron⁴

A partir das presentes imagens, nota-se com mais clareza o movimento feito pelos dois presidentes para direcionar o olhar um para o outro ou prestar atenção ao seu discurso. Esse movimento fez com que eles se isolassem do microfone e deixassem comprometida a audibilidade do som da voz, podendo provocar, talvez, uma quebra de acompanhamento dos argumentos do discurso. Desse modo, ao virar a cabeça, precisavam tomar o cuidado de monitorar o tom da voz para que essa seja suficientemente forte para entrar no microfone e ser audível por todos. Da mesma forma, quando cada um dos presidentes volta à posição inicial, ele deve reajustar o tom da voz para não manter a altura de quando desviou a cabeça, correndo o risco de a voz sair muito forte ao microfone. Assim, o microfone condiciona a postura ao

³ Fonte: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2022/07/27/deplacement-du-president-de-la-republique-au-benin>.

⁴ Fonte: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2022/07/27/deplacement-du-president-de-la-republique-au-benin>.

falar. Em suma, é um único gesto com envolvimento diversos e com o seu leque de dificuldades na realização; no entanto, é muito representativo nos pronunciamentos dos dois presidentes.

5.1.1. A orientação do olhar como gesto enfático no discurso político

A questão dos gestos, tratada aqui a partir do pronunciamento feito pelos presidentes Talon e Macron no dia 27 de julho de 2022, baseou-se na quantidade da movimentação de cabeça feita por cada um dos líderes dos dois países, Benim e França, durante o discurso. Podemos considerar a tabela a seguir:

Talon		Macron	
Curta duração	Longa duração	Curta duração	Longa duração
57	2	31	22

Tabela. 1

Esta tabela sintetiza as ocorrências e ilustra o nosso interesse por esse trabalho, pelo facto de os gestos de cabeça feitos pelos presidentes Talon e Macron durante o pronunciamento terem chamado bastante a atenção, no que diz respeito ao próprio ato de sua realização. Cada um dos autores realiza um gesto de uma forma específica. Isso ressalta o feito, porque, por mais que os gestos se configurem da mesma forma, não foram realizados com a mesma duração, nem com os mesmos propósitos, pelos dois presidentes. Nesse sentido, Calbris (2003 : 32) afirma que:

Le codage étant lié à la perception, activité éminemment sélective et interprétative, il se produit un phénomène de feed-back réciproque entre perception et interprétation. Activité sélective, l'observateur ne voit que les éléments interprétables, c'est-à-dire ceux qui sont subjectivement pertinents. Ainsi, la perception est pré-interprétative. L'interprétation dépend elle-même du nombre de la richesse des éléments perçus (orientations, mouvement des divers éléments corporels dont certains comme la paume ou les doigts peuvent adopter des configurations différentes.

Desse modo, as características dos gestos em relação à sua duração, acompanhados das mensagens vocais proferidas, funcionaram como estímulo para desenvolver o nosso interesse por este trabalho. Em conformidade com os dados organizados, os gestos tiveram durabilidade

de realização variada, para assinalar o propósito informativo de cada um dos intervenientes em relação a todo o discurso e também em relação a enunciados específicos.

Patrice Talon, o Presidente da República do Benim, no seu discurso, de acordo com o vídeo coletado no site do Elysée⁵, manteve a vez, no seu pronunciamento, durante 13 minutos e 47 segundos. No decorrer desse ato discursivo, realizou 59 vezes o gesto de orientação de cabeça até 90°. Dessas, 2 foram de longa duração e 57 foram de curta duração.

Porém, o que mais interessa na realização do gesto não é apenas o gesto em si, mas também o momento do discurso em que esses gestos tendem a ser realizados. Com efeito, por ser natural a demonstração de respeito e consideração, ou por estratégia de sedução relativa à audiência do outro, o presidente Talon, durante o seu discurso, efetuou esse gesto no final de frases. Isso poderia ser considerado como uma coisa normal ou banal, quando se leva em consideração as regras de pontuação, que estipulam que os pontos finais marcam lugares indicados para efetuar uma pausa. Nesse caso, essa pausa seria o momento de olhar rapidamente para o homólogo do lado. Porém, o que se verifica é que o presidente Talon olhava para o presidente Macron no final de frases que continham um convite ou que exaltavam as relações passadas e futuras entre os dois países, para fortalecer a parceria existente. Vamos considerar a seguinte transcrição de excertos do discurso de Talon.

{00:50} 01 T: En effet, sans tambour, la coopération entre nos deux pays a connu ces cinq dernières années un développement sans pareil.

02 (--)

{3:11} 03 T: Je peux dire que (euh), si je dois qualifier nos relations sur ces derniers temps, je dirais qu'elles sont décomplexées.

04 (--)

{6:28} 05 T: nous avons évoqué et convenu avec vous et vos équipes, que la France nous appuierait d'avantage dans notre effort de lutte contre le terrorisme, parce que

⁵ <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2022/07/27/deplacement-du-president-de-la-republique-au-benin>
 Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/>
 DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

aujourd’hui, c’est l’un des principaux défis; et
malheureusement, permettez que je le répète, nous
n’avons pas encore obtenu gain de cause.

Os dois primeiros excertos relacionam-se com uma estratégia discursiva de exaltar o que se tem feito entre os dois países, em período quinquenal, em diversas áreas da organização política interna e de cooperação entre países com passados ligados que querem andar juntos no presente e no futuro, de acordo com o que Talon deixou transparecer nas suas falas. O último excerto parece funcionar como um convite ou um pedido de cooperação no âmbito militar, para que Benim possa enfrentar com maior êxito a questão do terrorismo que se desenvolve na parte norte do país, vindo de países como Nigéria ou Burkina Faso. Diante de tudo isso, torna-se relevante perceber a razão pela qual parece existir uma necessidade de virar a cabeça para olhar o presidente Macron logo após enunciar essas frases. Vamos considerar as imagens⁶ a seguir:



Imagem 4. Exaltar-1



Imagem 5. Exaltar-2

⁶ Fonte: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2022/07/27/deplacement-du-president-de-la-republique-au-benin>.



Imagem 6. Âmbito militar

As imagens mostram três atitudes diferentes na ação de girar a cabeça para olhar o presidente Macron, todas ligadas por um gesto comum, o sorriso. Com efeito, percebe-se um sorriso meio aberto na primeira imagem deste bloco, um sorriso muito aberto na segunda e um sorriso irónico na última. Os dois primeiros enunciados, consagrados a enobrecer de que forma e a que ponto se encontram as relações de cooperação entre os dois países, extravasados nos primeiros instantes do discurso e nas primeiras frases do mesmo, tendem a colocar um *décor* agradável para o seguimento do discurso e, talvez, uma matéria para se orgulhar, bem como, implicitamente, um incentivo a mais ações de cooperação. Isso justifica-se pelo sorriso nítido que se pode testemunhar no rosto do presidente Talon nas imagens 4 e 5. A orientação da cabeça naquele momento constitui um ato ilocutório com o propósito de agradecer e manifestar satisfação de tudo que foi feito até ao momento.

Já no excerto 5, juntamente com a imagem 6, pode-se perceber um elemento a mais na ação giratória da cabeça. Com efeito, o enunciado do presidente Talon refere-se ao que foi pensado a respeito das ações do presidente Macron e da sua equipa: a França apoiaria o Benim na luta contra o terrorismo. No entanto, no final do enunciado, a seguinte frase “*permettez que je le répète, nous n’avons pas encore obtenu gain de cause*” aponta para o facto de não haver ações reais no sentido de ajudar concretamente o Benim a fazer essa luta contra o terrorismo. Em outras palavras, isso seria um assunto importante para o Benim, dado que pessoas estão a morrer, e essa situação pode provocar um desequilíbrio do país, como acontece noutros. Com essa afirmação, nota-se que Talon, além de virar a cabeça, como nas imagens precedentes, ainda orienta o dedo indicador no mesmo sentido da cabeça, o que configura um gesto deíctico. A cabeça orientada e o dedo apontado no mesmo sentido demonstram que a mensagem endereçada à França, representada na figura do seu presidente, é séria e importante para a República do Benim. Essa orientação do olhar é interpretada como um ato ilocutório com a

intenção de reclamar por não ter sido obtida uma resposta ao pedido (cf. Almeida 2016).

Essa seriedade justifica-se pelo facto de o Benim ter de passar pela diplomacia de França para comprar armas para o exército beninense. Por outras palavras, o Benim está sujeito a restrições na aquisição de armas para a luta contra o terrorismo em seu território, precisando da colaboração de França, ou de qualquer outro país do mundo, para comprar o arsenal em lugar do Benim. Os dois presidentes ressaltaram esse facto nos discursos. Assim, com essa informação, pode perceber-se toda a seriedade que o presidente Talon expressa no seu discurso, girando a cabeça, com o dedo incisivamente apontado na direção do presidente Macron. Como afirmou o presidente beninense no seu discurso, o Benim tem condições financeiras de comprar as armas, porém, está restrito pelos tratados sobre compra e venda de armas na esfera mundial.

Em resumo, o presidente Talon, ao girar a cabeça, fazendo um desvio de 90°, realiza-o no final de determinadas frases, com o objetivo de reforçar a seriedade do que diz, com atos ilocutórios variados. Sério para si, sério para o país; é uma questão de segurança nacional. Parece ser esta a mensagem implícita no discurso que ele lança ao seu homólogo, o presidente da França, por meio desses gestos coordenados. Da mesma forma, as frases para exaltar a cooperação quinquenal representam também uma mensagem para o povo beninense, uma vez que o presidente se refere às ações do seu primeiro mandato, que, segundo ele, nunca tinha atingido uma média tão alta nos últimos trinta anos como se verificou num período de 5 anos. Ou seja, na gestão governamental dele, houve grandes avanços. Do mesmo modo, o terceiro excerto é mais uma forma de conscientizar e de convidar a população a ser testemunha das ações do governo para lutar contra o terrorismo que castiga o norte do país.

Do outro lado, Emmanuel Macron, presidente da República Francesa, durante o seu discurso, efetuou o mesmo gesto de orientação de cabeça para olhar o presidente Talon, embora não com a mesma estratégia, nem nos mesmos contextos discursivos. De toda a evidência, o gesto continuou a cumprir a lógica enfática no discurso, constituindo também um ato ilocutório, porém, sem a mesma manifestação. Com efeito, o discurso do presidente francês durou 18 minutos e 56 segundos. No decurso desse discurso, ele reproduziu o mesmo gesto 53 vezes, divididos em 31 com curta duração e 22 com longa duração.

A primazia dos gestos de Macron marca uma notável diferença entre a forma de realização do gesto dele e a de Talon, nomeadamente o facto de ele realizar esse gesto, não no final das frases, mas durante o pronunciamento das mesmas. Assim, em vários momentos, o presidente francês fez o gesto enquanto enunciava as frases, o que pode ser considerado um comportamento cultural ou um costume individual. Porém, naquele momento, há uma

mensagem implícita por trás disso, já que a realização do gesto não é tão fácil, devido à curva de 90° que precisa de ser feita. Este comportamento pode, então, ser interpretado como uma forma de deixar transparecer confiança e vontade da autoridade francesa, mas, também, como uma forma de recuar, ou de não poder comprometer-se explicitamente, por estar limitado por processos administrativos no seu país, que não facilitariam esse comprometimento. Vamos considerar os excertos a seguir.

{ 13:58} 01 M: je vous dis combien je suis heureux avec la délégation

qui m’accompagne ici à vos côtés à Cotonou, dans le
cadre de ce premier déplacement en Afrique depuis
ma réélection

02 (--)

{ 17:20} 03 M: je serais extrêmement fier, monsieur le président, si cela

est possible, si on arrive à ménager il n’y a pas de
réserve de votre côté; mais de pouvoir accueillir à
paris l’exposition que nous venons de voir aujourd’hui
à Cotonou des artistes contemporains

Considerando as afirmações expostas na presente análise, pode perceber-se que a primeira desempenha um papel introdutório de reconhecimento do acolhimento que foi dado ao presidente e à delegação que o acompanhou nas terras beninenses. Durante esta enunciação, o presidente Macron realizou duas vezes o gesto de orientação de cabeça, de curta duração, durante o seu discurso, diferentemente do presidente Talon, que realizava o mesmo gesto em fim de frase. Isso quer dizer, certamente, algo mais do que as palavras enunciaram. De todo modo, a mensagem de agradecimento de acolhimento é normal; no entanto, enunciar isso e, simultaneamente, cumprir este gesto aponta para a real alegria e satisfação do acolhimento que foi reservado. Assim, essa recepção parece ter impactado a delegação francesa, já que o Benim não foi o primeiro país visitado na série de visitas feitas por Macron.

Diferentemente do primeiro excerto, o gesto realizado no decorrer do segundo foi de

longa duração. Vamos considerar as seguintes imagens⁷:



Imagem 7. Agradecimento



Imagem 8. Convite

As duas imagens aqui apresentadas mostram a realização no tempo, desde o seu início até à sua total realização, do gesto de orientação de cabeça. Como se pode compreender, a ideia da afirmação é que *a exposição artística* vista por Macron em Cotonou seja realizada em Paris, a partir de uma negociação entre os governos. Desse modo, o primeiro gesto foi realizado quando Macron pronunciou “*si cela est possible*”, que marca o início do movimento. A imagem mostra que, além do movimento de cabeça, toda a mão está orientada na direção de Talon. A enunciação e a mão estendida apenas têm uma informação, cuja interpretação poderá ser semelhante a “gostaríamos que isso acontecesse, no entanto, entenderemos se isso não for possível”. Isso é uma forma de respeito e de consideração do presidente Macron, entendendo

⁷ Fonte: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2022/07/27/deplacement-du-president-de-la-republique-au-benin>

as dificuldades administrativas de efetivar algumas ações políticas. Assim, esse gesto enfático constitui um ato ilocutório de pedido.

A segunda imagem desse bloco mostra a continuação da expressão da intenção do presidente francês e o seu desejo de que essa exposição artística se realizasse em Paris. Assim, a última parte da enunciação, “... mais de pouvoir accueillir à Paris l’exposition que nous venons de voir aujourd’hui à Cotonou des artistes contemporains”, condiz com a Imagem 8. Ao enunciar esse trecho, ele orientou a cabeça por completo e mantendo-a nessa posição até terminar a sua ideia. A mensagem aqui implícita é a de que Macron gostou da exposição e desejaria que a mesma fosse realizada para a população francesa em Paris. Isso seria importante para novos rumos de cooperação no âmbito cultural, considerando que, há alguns meses, a França restituiu ao Benim algumas obras da época colonial, que pertenciam ao Benim e que haviam sido levadas para França.

6. Considerações finais

A questão da gestualidade vem mostrando o quanto cada gesto representa uma fonte primária de informações no discurso político. No presente artigo, foi possível demonstrar como um gesto aparentemente igual, feito por Talon e Macron, apresenta subtilezas, detalhes na sua realização, que querem dizer coisas diferentes se considerarmos o discurso feito e o momento do discurso em que o gesto foi realizado. O gesto aqui analisado foi a orientação de cabeça, fazendo uma curva de 90°, em discurso de conferência de imprensa. De facto, percebeu-se que Talon realizou o gesto em momentos específicos do discurso, no final de frases, procurando ser incisivo e, ao mesmo tempo, garantir que o seu interlocutor captava a profundidade dos sentidos da mensagem que ele estava a expressar. Já Macron realizou o mesmo gesto durante a enunciação das frases, demonstrando interesse em cooperar com os objetivos do governo beninense e, ao mesmo tempo, demonstrando um recuo para não se comprometer por completo. Em suma, podemos concluir que a gestualidade cumpre o seu papel, não apenas de coadjuvante, mas também de elemento determinante na composição dos sentidos que circulam no campo do discurso político.

Referências

Almeida, C. A. 2016. “Conselho de amigo, aviso do céu”: contributos para a análise semântico-pragmática dos atos ilocutórios de conselho e de aviso em confronto com o de ameaça. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* (2): 1-29.

- Argyle, M.; Cook, M. 1976. *Gaze and mutual gaze*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Argyle, M.; Ingham, R. 1972. *Gaze, Mutual Gaze, and Proximity*. *Semiotica* 6(1): 32-49. <https://doi.org/10.1515/semi.1972.6.1.32>
- Benveniste, E. 1976. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Blom, J. P.; Gumperz, J. J. 2002. O significado social na estrutura lingüística: alternância de códigos na Noruega. In *Sociolinguística Interacional* (45-84). Porto Alegre: Age.
- Calbris, G. 2003. *L'expression gestuelle de la pensée d'un homme politique*. CNRS.
- Calbris, G. 1998. *Geste et images*. *Semiotica* 118(1-2): 105-120. <https://doi.org/10.1515/semi.1998.118.1-2.105>
- Charaudeau, P. 2011. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto.
- Cook, M. 1977. *Gaze and Mutual Gaze in Social Encounters: How long—and when—we look others" in the eye" is one of the main signals in nonverbal communication*. *American Scientist* 65(3), 328-333.
- Fairclough, N. 2016. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB.
- Galhano-Rodrigues, I. M. 2012. *Vou buscar ali, ali acima!*. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* 7: 129-164.
- Galhano-Rodrigues, I. M. 2006. *Modalidades verbais e não-verbais na interacção face a face: duas reparações*. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos* 10 (1-2): 1-19.
- Galhano-Rodrigues, I. M. 2003. *Fala e movimentos do corpo na interacção face a face: estratégias de reparação e de (des) focalização e co-funções conversacionais na manutenção de vez*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto.
- Gumperz, J. J. 2002. *Convenções de contextualização*. In *Sociolinguística Interacional* (149-182). Porto Alegre: Age.
- Hanks, W. F. 2008. *O que é contexto*. In *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez.
- Hervás, A. G. 2021. *Conceptos políticos fundamentales: un análisis contemporáneo*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Kendon, A. 2004. *Gesture: Visible action as utterance*. Reino Unido: Cambridge University Press.
- Kendon, A. 2013. *Gesture as a window onto mind and brain, and the relationship to linguistic relativity and ontogenesis*. In *Body—Language—Communication: An international handbook on multimodality in human interaction* (1, 28-54). Berlim - Nova Iorque: Walter de Gruyter.
- Maingueneau, D. 2021. *Discours et analyse du discours: Une introduction*. 2.e édition. Paris: Armand Colin.
- Maingueneau, D. 1996. *Jean Dubois et les débuts de l'analyse du discours en France: quelques réflexions*. *Linx* 34(1): 27-33.
- McNeill, D. 1992. *Hand and Mind: What Gestures Reveal about Thought*. Chicago: University of Chicago Press.
- Nogueira, A. M.; Almeida, M. 2002. *O Papel Dos Atos Cinésicos Em Uma Entrevista Televisiva*. *MOARA - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras* 1(17): 61-74.
- Oliveira, M. C. L. de; Pereira, M. G. D. 2016. *A Sociolinguística e Análise do discurso*. In *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução* (123-134). São Paulo: Editora Contexto.

- Parisot, A. M. 1998. Description de l'organisation du système des alternances conversationnelles en langue des signes québécoise. Dissertação de mestrado, Université du Québec à Montreal.
- Santos, F. J. C. dos; Galvão, M. A. M. 2012. Os Elementos Enfáticos Na Organização Tópica Discursiva Na Sala De Aulas: Uma Construção Semântica Do Discurso Professor-Aluno. Cadernos do CNLF – Anais do XVI CNLF (Vol. XVI, N.º 04, t. 1, 1055-1065). Rio de Janeiro: Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos.
- Van Dijk, T. A. 1996. Cognição, discurso e interação. São Paulo: Editora Contexto.
- Vezali, P. 2012. O corpo: considerações acerca da relação entre fala e gesto. Revista do Lume, 1-15.

DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO FUNCIONAMENTO DO ALGORITMO DO *GOOGLE*

Giselly Tiago Ribeiro Amado¹

gisellyamadoufu@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (BRASIL)

RESUMO. Este trabalho tem como objetivo analisar a construção de sentidos na nomeação do golpe militar no Brasil, com foco na influência do algoritmo do Google. A relevância do tema aumentou quando Bolsonaro ordenou a celebração dos 55 anos do golpe, em março de 2019. Este acontecimento discursivo provocou uma relação de equívoco de datas (1964-2019) e influenciou os resultados de busca, introduzindo o ano 2019 em associação ao golpe militar. Os resultados revelam uma disputa de sentidos entre “golpe” e “revolução” militar, e as análises indicam que esses processos linguísticos impactam sistemas mais amplos na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE. Processos de nomeação. Designação. Disputa de sentidos.

ABSTRACT. This study aims to analyze the construction of meanings in the naming of the military coup in Brazil, focusing on the influence of Google’s algorithm. The relevance of this topic increased when Bolsonaro ordered the celebration of the 55th anniversary of the coup, in March 2019. This discursive event led to a mixing of dates (1964-2019) and influenced the search results, associating the year 2019 with the military coup. The results reveal a dispute of meanings between military “coup” and “revolution”, and the analyses indicate that these linguistic processes impact broader systems in society.

KEYWORDS. Naming processes. Designation. Dispute of meanings.

1. Introdução

A ditadura militar no Brasil aconteceu em um período histórico determinado, com duração de vinte anos. 1964 é o ano que marca o início desse período, em que houve a suspensão das formas constitucionais de representatividade, e em que as forças armadas ocuparam o poder com o pretexto de salvar a pátria da corrupção, da desordem e do comunismo. Além do

¹ Estudante do Doutorado em Estudos Linguísticos – Universidade Federal da Uberlândia, Brasil.

Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/elingUP/>

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

fechamento do Congresso Nacional, esse período foi marcado pela cassação de direitos políticos, perseguição e tortura de adversários políticos, e também pela censura.

A ditadura militar é uma temática que voltou a ficar em evidência no ano de 2019, quando o presidente à data determinou que as Forças Armadas celebrassem o golpe militar de 1964 no dia 31 de março de 2019, data em que o fato completou 55 anos de ocorrência. O argumento utilizado para justificar a celebração foi a afirmação de que não houve golpe militar no Brasil, pois, de acordo com o presidente à data, naquela época, civis e militares juntaram-se, de maneira pacífica, para recuperar e recolocar o país no rumo, evitando que se instaurasse o comunismo.

Na verdade, a temática da ditadura militar era tratada de forma recorrente pelo agora ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, que manifestava simpatia com o regime. De acordo com um levantamento realizado pelo Estadão, no período entre 2001 e 2018, ainda como parlamentar, o mesmo demonstrou tal apoio no plenário da Câmara dos Deputados, por 252 vezes, conforme o quadro abaixo:

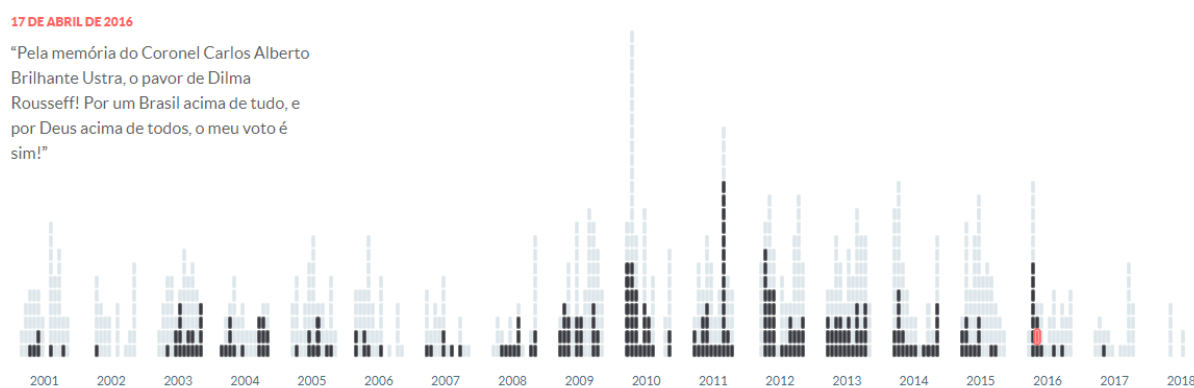


Figura 1. Fonte: Estadão (2019)

No gráfico, cada barra representa um grupo de discursos proferidos anualmente, e a cor preta indica, em cada grupo, os discursos que mencionam a ditadura militar ou eventos relacionados com ela. Proporcionalmente, a cada quatro pronunciamentos, aproximadamente um faz referência ao regime militar ou a eventos relacionados, como o golpe de 31 de março, a promulgação do AI-5, a Lei da Anistia e a Comissão da Verdade. Os dados revelam que, das 901 falas catalogadas durante os 18 anos em que Bolsonaro ocupou o cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro, 252 (28%) mencionam o período histórico da ditadura, com uma abordagem predominantemente elogiosa e nostálgica em relação ao regime, destacando os

militares como defensores da ordem nacional e difamando figuras da esquerda política da época.

Ao longo do período de tempo analisado, a frequência e intensidade das menções à ditadura aumentam, especialmente a partir de 2010, coincidindo com a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência e a tramitação da lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade. Nesse contexto, Bolsonaro negou as violações de direitos humanos durante o regime militar e acusou a comissão de parcialidade. O gráfico também destaca, a vermelho, o pronunciamento durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no qual Bolsonaro reforça sua posição elogiosa à ditadura militar e homenageia o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro torturador condenado no Brasil.

Já como presidente, Bolsonaro manteve o apoio irrestrito ao regime militar e seu posicionamento foi o de minimizar os efeitos desse regime, repetindo incessantemente que não aconteceu um golpe militar, mas um movimento político legítimo, que teria contado com total apoio do congresso, do judiciário e da população. O que aconteceu, segundo ele, foi uma intervenção militar a pedido da (e consentido pela) nação para o enfrentamento de crescentes ameaças da “agitação” comunista no país.

A partir dos deslocamentos de sentido em torno do golpe militar de 1964, é possível perceber que foram abertas possibilidades para outras interpretações, em 2019. A motivação para este trabalho surgiu quando percebi que, ao digitar “ditadura militar brasileira” na caixa de busca do *Google*, apareceu automaticamente o ano 2019. Fiquei intrigada com essa possibilidade. Então, li alguns artigos sobre o assunto e verifiquei que todos procuravam esclarecer que o período militar no Brasil aconteceu em uma época datada, utilizando argumentos históricos para comprovar um fato que, anteriormente, era inquestionável.

Sabemos, a partir de Pêcheux (1995), que os sentidos não estão já dados nas palavras, mas se deslocam, ocorrendo uma dispersão discursiva, uma determinação histórica. Antes da controversa proposta de celebrar o dia do golpe militar, designado por Bolsonaro como “revolução militar”, é provável que não tivéssemos um retorno do sistema de buscas que incluísse o ano de 2019 como um complemento ao termo “ditadura militar brasileira”. No entanto, a partir dos modos como os sentidos são produzidos e passam a circular nas formações discursivas, historicamente, esse sentido passa a ser possível e aparece, ao mesmo tempo, em uma relação de equívoco de datas 1964 e 2019.

Diante disso, destaco que há uma disputa de sentidos relacionada aos processos de nomeação “golpe” – “revolução”. Essa disputa é manifestada pela inserção do ano 2019 na

busca relacionada à “ditadura militar brasileira”, sugerindo uma mudança ou deslocamento no entendimento histórico do período. Esse fenômeno, conforme discutido por Pêcheux (1995), revela a dinâmica discursiva na qual os sentidos não são estáticos, mas sim moldados e contestados ao longo do tempo, refletindo as disputas ideológicas e políticas em torno da interpretação dos eventos históricos.

Para compreender o funcionamento em questão, é importante entender como o sistema de buscas do *Google* apresenta os resultados, o que será tratado na próxima seção. Em seguida, trarei os conceitos de “arquivo” para a constituição do *corpus* de pesquisa, logo desenvolvendo a análise do *corpus*, momento em que a descrição e a interpretação estarão imbricadas para a compreensão dos sentidos em deslocamento.

Por fim, serão tecidas algumas considerações, a fim de colaborar com as problematizações acerca dos encaminhamentos em torno do tema ditadura militar brasileira.

2. Como funciona a ferramenta de busca *Google*?

De acordo com o próprio *Google*, ele reúne inúmeras e variadas fontes, concentrando os conteúdos das páginas da *web*. Como esses conteúdos são alterados constantemente, o *Google* se atualiza continuamente, para adicionar ao seu sistema as novas páginas que rastreia. Após localizar uma nova página, o *Google* precisa identificar o conteúdo dela, para indexar as informações. Dessarte, os conteúdos ficarão separados em um grande banco de dados, por títulos, assuntos, palavras-chave, entre outros. O sistema que classifica o *Google* é formado por uma série de algoritmos que analisam o que está sendo buscado, e fornece os resultados em fração de segundos.

O conceito mais difundido como uma definição razoável de algoritmo é o de uma sequência lógica de passos, ou um conjunto de regras, que visa o alcance de um objetivo bem definido. Para O’Reilly (2013) há uma importância na regulação algorítmica, que pode ser destacada com as quatro características a seguir:

- [1] Um profundo entendimento do resultado desejado; [2] Medição em tempo real para determinar se esse resultado está sendo alcançado; [3] Algoritmos (isto é, um conjunto de regras) que fazem ajustes com base em novos dados; [4] Análise periódica e profunda para saber se os próprios algoritmos estão corretos e funcionando conforme o esperado (tradução própria).

A partir dessas características, que considera como fundamentais para a regulação algorítmica, O'Reilly (2013) denota uma visão otimista, ao confiar na decorrência de uma estrutura de dados públicos abertos, o que levaria a sociedade a ser mais eficiente e justa.

Todavia, apesar da divulgação dos dados e do possível acesso a todos, não há nenhuma garantia de justiça social pelo uso de algoritmos, mas, ao contrário disso, o que se vê são inúmeras empresas utilizando as informações de proveniência algorítmica, produzidas por rastros na *web* a cada busca por informação, conteúdo e/ou produto, ofertando vários produtos e/ou informações do mesmo estilo buscado. O capitalismo está funcionando de maneira bem efetiva, demarcando territórios e tentando manipular o consumo também na *web*. Aliado a este funcionamento de máquina, há a construção de uma lógica de mercado, em que as necessidades das pessoas são produzidas na publicidade, que “geralmente são anúncios de produtos, mas [que] também podem tentar lhe vender ideias” (Soares 2018).

Na lógica utilizada por esse sistema algorítmico, a linguagem é concebida como código transparente, como conteúdo, o que tende a estabilizar os sentidos e levar ao entendimento de que os resultados apresentados são os mais relevantes, verdadeiros, satisfatórios e eficientes, além de estarem associados a um tempo de resposta praticamente automático. Entretanto, não há neutralidade nos mecanismos de busca por algoritmos, esses resultados obedecem também ao número de acessos; por consequência, podem ser manipulados por interesses comerciais, políticos, sociais, entre outros. O sistema tem a capacidade de aprender, mas aprender com quem e como? O padrão de funcionamento poderá sempre ser definido pelas respostas do meio, pois “existe o paradigma simbólico, que trabalha com lógica, símbolos, com sistemas dedutivos e indutivos” (Bonatelli 2018).

A observação do funcionamento empírico envolvido nos resultados das buscas no *Google* contribuiu para a compreensão de que os textos funcionam em uma narrativa de cunho histórico, com apontamentos de fatos, a fim de comprovarem os acontecimentos: golpe e regime militar. Os resultados ocupam o lugar da certeza, da verdade. Há a construção de um efeito de estabilidade lógica do sentido, que “se constitui enquanto uma formulação singular que expõe um dado gesto interpretativo ao mesmo tempo em que produz efeitos de evidência e de transparência do dizer” (Costa 2012: 49).

Existem, portanto, proposições de aparência logicamente estável, mas que, ao mesmo tempo, são equívocas, como apresenta Pêcheux (2006: 28)

a partir do exemplo de um acontecimento [histórico], aquele de 10 de maio de 1981², a questão teórica que coloc[a] é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento [histórico], entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas.

Para o autor, as categorias “estrutura e acontecimento” estão presentes de forma amálgama, e a não estabilidade da linguagem e o equívoco não são defeitos, mas um funcionamento, que permite o deslocamento discursivo “de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux 2006: 53), abrindo espaço para a descrição e para a interpretação num batimento. Nesse ponto

(...) o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível (Pêcheux 2006: 54).

Cabe, então, à analista se apoiar nas categorias discursivas para a realização do trabalho interpretativo na relação com a descrição. No âmbito da análise do discurso, a descrição refere-se ao mapeamento das regularidades linguísticas e à identificação das formações discursivas presentes em um texto. Pêcheux (2006) destaca que a descrição não é uma tarefa neutra, pois envolve escolhas que são permeadas por condições ideológicas e históricas. Por sua vez, a interpretação vai além da simples decodificação de significados. Pêcheux (2006) ressalta que a interpretação envolve o reconhecimento das condições de produção do discurso, das formações ideológicas subjacentes e da relação entre estrutura linguística e acontecimento histórico.

Nessa perspectiva, ao realizar a descrição e a interpretação de alguns resultados das buscas (ditadura militar no Brasil, revolução militar no Brasil e golpe militar no Brasil), proponho problematizar a estabilização dos sentidos vinculados aos anos de 1964 e 2019, estabelecida na composição do *corpus*.

3. Construção de arquivo

² Data da eleição de François Mitterrand como o primeiro presidente socialista da França.
 Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.letas.up.pt/index.php/elingUP/>
 DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2

O material de análise deste trabalho é constituído pelos títulos dos textos que são os primeiros resultados de sete diferentes buscas no *Google*, a saber: 1) ditadura militar no Brasil, 2) ditadura militar no Brasil 2019, 3) revolução militar no Brasil, 4) revolução militar no Brasil 2019, 5) golpe militar no Brasil, 6) golpe militar no Brasil 2019 e 7) golpe ou revolução.

Essas consultas foram realizadas no período de 1 a 7 de maio de 2019, e resultaram em 71 títulos de textos relacionados à temática da ditadura militar, segundo os critérios do buscador *Google*, conforme anexo. Os textos variam entre jornalísticos e educacionais, abordando a perspectiva histórica do tema. Ao organizar os títulos, observou-se a repetição de alguns deles em diferentes buscas, bem como a presença de termos comuns.

O *corpus* foi organizado a partir da construção de um arquivo para se chegar às sequências discursivas (doravante SDs) analisadas. Para Pêcheux (2010: 51) o arquivo é “entendido, no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Derrida (2001), por sua vez, concebe o arquivo como composto pelos registros do passado, influenciado por registros do presente e do futuro.

Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo. Mas pela palavra “arquivo” – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo começo e comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam [...], mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada (Derrida 2001: 11).

A ordem de que trata o autor, não somente está ligada a uma ordem hierárquica, mas também a uma ordem de disposição das coisas, ou seja, a um princípio organizacional.

O *Google* obedece a um princípio organizacional que opera sob a ideia de completude, é um superarquivo: tudo registra, tudo guarda e, em consequência, recupera todas as produções de sentido. No entanto, essa ideia de que o arquivo seja constituído por documentos patentes, pelo que, de fato, ocorreu, é uma ilusão, sendo apenas arquivado sem a consideração de nenhuma lacuna. Para Derrida (2001), o arquivo é descontínuo, perpassado pela sua própria virtualidade; há a condição de possibilidade que mantém o processo de arquivamento passível de renovações, ou seja, a incompletude é constitutiva do arquivo.

Para a leitura de um arquivo, é necessária a mobilização dos processos de arquivamento dos dados discursivos, sendo importante compreender que certos sentidos foram apagados em detrimento de outros. Por isso, apesar de haver um funcionamento estabilizado para os resultados do *Google*, estes são tomados num gesto de leitura interpretativa, em que as sequências discursivas são analisadas. Ciente de que não há um esgotamento para a leitura de arquivo, recorrerei a algumas das SDs para a realização deste trabalho, encerrando o gesto de retorno ao arquivo como uma proposta de avanço do trabalho analítico.

4. Golpe, revolução: o que há de ser a ditadura militar no Brasil?

As condições de produção, ou determinações que caracterizam um processo discursivo, envolvem as formações imaginárias a respeito da própria posição e da posição do outro em uma situação concreta historicamente determinada. Acontece o que Pêcheux (1997) denomina de jogo de imagens, ou seja, o ato de os sujeitos atribuírem a si mesmos e aos outros algumas pressuposições que determinarão a maneira como agirão. As condições de produção que permitem um paralelo entre um fato histórico ocorrido no ano de 1964 e uma atualização datada de 2019 estão ligadas às formações discursivas propagadas a favor do golpe militar, que tentam deslocar o sentido negativo para um sentido aceitável socialmente.

Como a determinação de celebração do golpe militar foi realizada no ano de 2019, o sistema de algoritmos passou a indexar inúmeras notícias em torno das declarações presidenciais, e novos indexadores foram disponibilizados nas buscas do *Google*, devido às condições de produção na ocasião. Dentre os enunciados possíveis, muitos conservam uma característica de cunho educacional, como organizado a seguir:

- SD01: Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre
- SD02: Ditadura Militar no Brasil – Brasil Escola
- SD03: Ditadura Militar no Brasil – história do regime militar, resumo
- SD04: Ditadura Militar no Brasil – Só História
- SD05: Ditadura Militar no Brasil: resumo, causas e fim – Toda Matéria
- SD06: Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes – Politize!
- SD07: Ditadura militar no Brasil: resumo, presidentes e tipos de torturas ...
- SD08: Ditadura Militar: golpe, tortura, presidentes, abertura – Brasil Escola
- SD09: Golpe Militar – Brasil Escola
- SD10: O que é ditadura militar? – Brasil Escola

SD11: Regime Militar – História do Brasil – InfoEscola

SD12: 10 mitos sobre a ditadura militar no Brasil | Guia do Estudante

As SDs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 obedecem a uma lógica constituída ao longo da tradição acadêmica, em que há um título, por exemplo, “Ditadura Militar no Brasil”, uma marca que o separa do subtítulo (: ou -) e, em seguida, um subtítulo. No caso dos doze enunciados em questão, os subtítulos também trazem consigo a referência nominal a um *site* ligado à educação. Este é um efeito de sentido que estabiliza a construção da verdade, da evidência, da transparência, o que pode levar ao leitor a compreender que a fonte de informação é segura e confiável.

Esta construção logicamente estável aparece também nas demais SDs, pois este é um funcionamento ligado aos resultados das buscas no *Google*. Porém, além dessa característica, há uma estabilização de sentidos em “O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro”, que funciona nas SDs 14, 15, 16, 17, 18 e 19:

SD13: O **Brasil** do regime militar idealizado por **Bolsonaro** 27.03.2019 ...

SD14: Para **Exército**, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido – 31

SD15: **Bolsonaro** escancara cadáver insepulto da ditadura com celebração ...

SD16: **Bolsonaro** dá asas aos nostálgicos da ditadura no Brasil ...

SD17: **Brasil de Bolsonaro** dividido no 55º aniversário do golpe militar ...

SD18: **Exército brasileiro** celebra golpe militar a pedido de **Bolsonaro** ...

SD19: **Brasil** diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos ...

Na SD13, destaca-se o verbo “idealizado”, que, ao ser empregado no participípio, traz consigo a carga de projetar algo de maneira ideal ou imaginar de forma perfeita. Essa escolha gramatical não apenas denota uma ação concluída, mas também introduz nuances na interpretação da frase. Ao optar por “idealizado por Bolsonaro”, a construção adota a voz passiva, atribuindo ao sujeito (Bolsonaro) a ação de idealizar o Brasil durante o regime militar. Essa escolha altera a ênfase gramatical, influenciando, também, a percepção do leitor, destacando Bolsonaro como o agente da idealização.

Por outro lado, a produção de sentidos seria diferente se fosse utilizada a voz ativa, como em “Bolsonaro idealizou”, que conferiria uma força direta ao sujeito *Bolsonaro* como o realizador da ação. Essa mudança na estrutura gramatical resulta em uma ênfase mais direta na participação de Bolsonaro na idealização do Brasil nesse contexto histórico. Ao utilizar a voz

passiva, surge uma distinção sutil. Em “idealizado por Bolsonaro”, o foco é na ação de idealizar, destacando a relação entre Bolsonaro e o objeto da idealização, o regime militar.

Em “O Brasil do regime militar”, evitam-se indefinições, não sendo “um Brasil”, nem “um regime militar”, formas que permitiriam outras possibilidades interpretativas. Assim, a escolha pelo artigo definido “o” e a preposição “do” estabelecem conjuntamente uma função identificadora. A preposição “do”, contraída com o artigo definido, não carrega, por si só, marcações específicas de distinção de proximidade ou distância. Entretanto, discursivamente, observa-se um funcionamento que sugere proximidade. O que se impõe é a ideia de Brasil, que se torna pátria no contexto do regime militar. Dessa forma, há uma construção de sentido que desliza para o pertencimento, expresso na formulação “o Brasil do regime militar”. A presença da preposição “do”, em conjunto com o artigo definido, reforça a identificação e a ligação intrínseca entre Brasil e regime militar, resultando na ideia de Brasil como pátria sob o regime militar.

Esse discurso tem sido difundido e tem provocado um movimento de imposição hegemônica dos apoiadores de Bolsonaro sobre os que discordam, de alguma maneira, das ideias que difunde. O discurso hegemônico constitui uma cadeia de equivalência, de modo a articular as diferenças, diminuindo os seus significados particulares. Nos jogos de força, são atendidos os interesses dos grupos proponentes de saberes e práticas com estatuto da verdade, o “que corresponde [...] à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (Monasta 2010: 98).

Ao serem significados como verdade, esses saberes e práticas põem em xeque fatos e documentos históricos que, até então, eram referências sobre como foi o período militar. Tais fatos e documentos perdem o valor de veracidade histórica, quando, por exemplo, uma parcela da sociedade brasileira clama pelo retorno do regime militar em prol da segurança pública. Este fato coloca a democracia como desnecessária e, por consequência, a escolha dos dirigentes pelo povo está dispensada.

Comumente, a democracia é conceituada como um sistema político em que os cidadãos elegem os dirigentes por meio de eleições periódicas. Ao solicitar o retorno do regime militar, o exercício da cidadania está sendo posto em causa, havendo um funcionamento antagônico ao discurso de Brasil com significado de pátria. Aqueles que solicitam esse modelo pátrio admitem não querer participar do regime político, pois deixariam de ter um governo no qual o povo exerce a soberania, perderiam a liberdade de opinião, de expressão da vontade política e de pronunciamentos quanto às decisões de interesse gerais.

Retomando as SDs 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, percebo que, entre o substantivo próprio Bolsonaro e as formulações “O Brasil do regime militar”, “O Brasil de Bolsonaro”, “Exército”, “Exército brasileiro”, “Brasil diz”, há um processo de *designação* que permite a significação do nome próprio *Bolsonaro*, num funcionamento de substituição.

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É nesse sentido que [...] o nome como uma palavra [...] [não] classifica objetos, [...] [mas] os nomes identificam objetos (Guimarães 2005, p. 9).

Nas SDs apresentadas, há um acontecimento de linguagem (Guimarães 2005) em que o nome *Bolsonaro* é significado em uma temporalidade específica, que permite alguns modos de designação que o predicam, que o determinam. Assim, o substantivo próprio “Brasil” e o substantivo coletivo “Exército” funcionam em uma relação de sinonímia que, nesses modos de dizer, designam Bolsonaro.

O que permite reconhecer o processo discursivo nesses modos de dizer é a noção de pré-construído (Henry 1997), que incide no discurso pelo viés da memória discursiva, sendo algo que fala sempre antes, em outro lugar independente do sujeito e proveniente da exterioridade. No caso das SDs, tem-se o conhecimento prévio de outros dizeres que aproximam Bolsonaro do exército, do regime militar e de um certo modo de significação de *Brasil* em oposição às pautas de esquerda e ao que ele classifica como comunismo.

A memória, aqui, é tratada no sentido situado por Pêcheux (1999), i.e., não do lado da repetição, mas da regularização em uma oscilação entre o histórico e o linguístico. A regularização se apoia sobre a incidência da repetição, mas não é a repetição em si. “A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux 1999: 52).

A ideia de regime militar como um fato ocorrido devido a um golpe militar datado de 1964 é rompida pela ideia de um regime militar apoiado pela sociedade. A ruptura da concepção tradicional do regime militar, marcada por falta de democracia, repressão e tortura, em favor de

uma visão mais positiva que o associa a conceitos como provedor de paz nacional, garantidor da segurança pública, promotor do desenvolvimento econômico e opositor ao comunismo, ilustra como os discursos moldam e reinterpretam os eventos histórico que possibilitaram a construção das SDs analisadas.

Apesar da datação de 1964 nas SDs 14 e 19, houve um deslize de sentidos para o ano de 2019, não havendo a necessidade de o nome *Bolsonaro* estar grafado nas SDs para que tenha esse significado, já que outros termos deslizam para esse sentido: “Para **Exército**, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido” (SD14) e “**Brasil** diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos” (SD19). Os itens lexicais de modos de dizer “Exército” e “Brasil” ressoam o nome *Bolsonaro*, que nos processos de nomeação passa por um funcionamento de unicidade numa tentativa de não ambiguidade.

Isto significa dizer que as pessoas têm nelas algo que lhes é dado pelo processo da designação. Faz parte deste processo o fato de que o sujeito destas enunciações é o sujeito enquanto fala de uma posição ideologicamente configurada pelo interdiscurso [...]. As pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui, em certa medida. [...] E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito (Guimarães 2005: 45).

O nome *Bolsonaro* produz sentidos e também desliza para outros sentidos devido à relação do sistema da língua e a discursividade. Via interdiscurso, o nome não faz referência, mas recobre a ideia de Exército e Brasil, efeito de sentido ratificado pela interdiscursividade de uma carreira política que se apoia na exaltação do regime militar e um certo sentido de Brasil.

Nas SDs 15 e 16, “**Bolsonaro** escancara cadáver insepulto da ditadura com celebração” e “**Bolsonaro** dá asas aos nostálgicos da ditadura no Brasil”, é perceptível o uso de um léxico que denuncia uma atitude crítica por parte do enunciador. Os termos como “escancara”, “cadáver insepulto”, “celebração”, “nostálgicos” e “ditadura” são carregados de carga semântica negativa, indicando uma postura desfavorável em relação às ações de Bolsonaro. A escolha deliberada desse léxico revela a imposição hegemônica de duas ações, “Bolsonaro escancara cadáver insepulto” e “Bolsonaro dá asas”, ambos os predicados sugerindo uma crítica contundente e a imposição de uma narrativa específica sobre Bolsonaro e sua relação com o período ditatorial. Os dois verbos atendem ao sentido de forçar, obrigar algo a

ser de outra maneira. Recai sobre o sujeito o poder de realizar algo que não depende da vontade do outro.

Já a SD 17, “**Brasil de Bolsonaro** dividido no 55.º aniversário do golpe militar...” apresenta um paradoxo notável, ao utilizar a expressão “Brasil de Bolsonaro”. A preposição “de”, inicialmente, sugere uma relação de posse, indicando que o Brasil é concebido como pertencente ou moldado pelo modelo de Bolsonaro. No entanto, a ausência do artigo definido interrompe a continuidade desse sentido, abrindo espaço para uma interpretação mais abrangente.

O paradoxo reside na contradição entre a ideia de um Brasil associado ao regime militar e a afirmação de que esse Brasil estaria “dividido”. O sentido da divisão sugere uma nação em conflito, com diferentes perspectivas e opiniões. No entanto, se considerarmos a concepção idealizada de Bolsonaro para o Brasil durante o regime militar, essa divisão torna-se paradoxal. O modelo de Brasil proposto por Bolsonaro durante o regime militar, por definição, não permitiria discordâncias ou divisões, pois esse período é frequentemente associado a uma visão de unidade e autoritarismo. Assim, a expressão “Brasil de Bolsonaro dividido”, na SD 17, cria um paradoxo intrínseco, pois coloca em conflito a noção de um Brasil idealizado pelo presidente com a ideia de divisão, evidenciando uma complexidade discursiva na representação do país e do regime militar.

Já a SD 18, “**Exército brasileiro** celebra golpe militar a pedido de **Bolsonaro**”, produz um sentido não antagônico provocado pelo modo de dizer distanciado da imposição. Recai sobre a construção “a pedido de” o sentido de solicitação, um requerimento, em contraposição ao sentido de imposição hegemônica das SDs 15 e 16. A SD 18 funciona de maneira mais estável, pois “Exército brasileiro” e “Bolsonaro” não se contrapõem.

A estabilização de sentidos também funciona nas SDs 20, 21, 22, 23, 24 e 25, bem como outros efeitos de sentidos em disputa, como discorrerei a seguir:

SD20: **Golpe de 1964**, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas

SD21: **O golpe de 1964** e a instauração do regime militar | CPDOC

SD22: **Golpe de 1964 ou Revolução de 1964?** | Guia do Estudante

SD23: **1964: um Golpe ou uma Revolução?** – Jornal do Campus

SD24: **1964: golpe ou revolução?** | Opinião | EL PAÍS Brasil – El País

SD25: **31 de março de 1964**: o que os militares fizeram foi golpe ou revolução?

Nessas SDs, a “Ditadura Militar Brasileira/no Brasil” é referenciada pelo ano de 1964, marcando o início do regime militar no país. A estabilidade desse efeito de sentido é mais

evidente nas SDs 20 e 21, onde a grafia do ano de 1964 contribui para a clareza da referência temporal. Contudo, a conjunção “ou”, nas demais SDs, sugere um deslizamento semântico entre “golpe” e “revolução”, o que possibilita uma interpretação implícita do ano de 2019, embora não esteja explicitamente mencionado. É importante ressaltar que esse deslizamento semântico se aproxima das tentativas discursivas de estabilizar o sentido do regime militar como algo positivo, movendo-se em direção ao termo “revolução”. Essa tentativa de reinterpretação histórica pode explicar a percepção do ano de 2019, mesmo não estando claramente expresso.

A disputa de sentidos nas SDs 22, 23, 24 e 25 as tornam menos estáveis, pois a conjunção está ligada à ideia de alternância. Entretanto, discursivamente o sentido tem um funcionamento que tende à exclusão, já que, dadas as condições de produção, a alternância não é tranquila. Justamente por se tratar de um posicionamento discursivo, o uso de um termo em detrimento do outro está ligado ao processo de nomeação do fato, que distancia os termos da condição de sinonímia.

Apesar da existência do sinônimo enquanto categoria gramatical, este estudo considera a incidência de sentidos em disputa nos processos de nomeação, que sempre produzem efeitos. Estes efeitos, em sua maioria, ao se designar algo de uma determinada maneira em detrimento de outra, não são imediatamente notados. Todavia, os processos de nomeação ocorrem a nível linguístico, mas afetam e são afetados por outros sistemas que organizam a sociedade, como problematizado nas considerações que seguem.

5. Considerações Finais

Historicamente, os acontecimentos vão sendo registrados e arquivados por meio de vestígios e documentos. Este funcionamento produz o sentido de verdade, estabilizado por questões estruturais e, também, por legislações, que existem em vários países do mundo e que estabelecem a criação de instituições de cunho arquivístico. Inclusive no Brasil, a Constituição de 1988 estabelece no Art. 23 que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] (Brasil 1988: 18)

Ou seja, o Estado assume a responsabilidade pela centralização e conservação de acervos em espaços públicos, de maneira a garantir o acesso da sociedade aos documentos sob sua custódia.

Esta maneira de organização corrobora a estabilização de sentidos pelo funcionamento da História, constituída pela singularidade, princípio que, segundo Ricouer (1968), invalidaria o próprio da História, pois “a história [é] essencialmente equívoca, no sentido de [se] achar virtualmente referida aos acontecimentos e ser virtualmente estrutural. A história é de fato o reino da inexatidão” (Ricouer 1968: 79).

A História, assim como o sentido, sofre mudanças pelos processos de significação. Percebo, neste estudo, que a disputa pelos modos de nomear “ditadura” – “golpe” – “revolução” envolve questões que não se apartam da História e, ao mesmo tempo que fazem parte da História, também a influenciam, a modificam.

Os processos de disputa pela significação ocorrem pela imposição de discursos hegemônicos que funcionam por meio da sobreposição de sentidos, numa tentativa de produção de apagamentos de sentidos outros. Nesse ínterim, os sentidos que sobressaem tendem a se estabilizar na construção da verdade.

Discursivamente, a verdade é um dos funcionamentos da História, que é constituída pelos modos materiais de produção (Althusser 1980), reproduzidos tanto pelas forças produtivas, quanto pelas relações de produção. É no jogo das relações de produção que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, o que se constitui nas relações de exploração, em funcionamento no sistema capitalista. Neste sistema, para que as formações sociais se mantenham, é necessário que o sujeito tenha a percepção de liberdade e que a ideologia seja inexistente.

É neste funcionamento que está inserida a disputa pela nomeação “golpe” – “revolução”. É um jogo ideológico que perpassa para as relações de produção, em prol da ideologia dominante. Neste aspecto, a questão linguística se refletirá em uma cadeia de relações, produzindo efeitos que o sujeito não controla.

Pelos processos de nomeação, como o sujeito é dito e como o sujeito diz, há um funcionamento discursivo que fala, também, do posicionamento ideológico desse sujeito. Como visto até aqui, o nome *Bolsonaro* produz deslocamentos de sentidos, bem como acontece com a forma de nomear o fato ocorrido no ano de 1964 como sendo “golpe” ou como sendo “revolução”.

Ambos os sentidos estão em disputa nos processos discursivos. O primeiro, “golpe”, carrega o acontecimento discursivo datado, registrado e arquivado historicamente; já o segundo, “revolução”, vem sendo discursivizado, numa tentativa de apagamento histórico, em decorrência de uma reconstrução discursiva do passado.

Ao nomear ou ao renomear esse acontecimento, tenta-se atingir a unicidade dos fatos, não havendo espaço para sentidos antagônicos; o nome funciona de maneira a estabilizar os sentidos. Apesar de se tratar de um fato histórico, que, por si só, clama por uma estabilização, o mesmo fato está sofrendo um processo de nomeação que o desestabiliza. Os nomes “golpe” e “revolução” trazem consigo uma relação de embate. Tais nomes são incompatíveis, e a disputa de sentidos que ocorre no nível linguístico é atravessada pelo nível político, em que o poder hegemônico recai sobre a renomeação “revolução”, numa tentativa de ressignificação histórica.

A tentativa de ressignificação é um processo que busca a estabilização do sentido. A celebração, em 31 de março de 2019, do dia do golpe militar de 1964, significado como revolução militar, é um acontecimento discursivo que afetou a estabilidade do sentido: golpe militar. A celebração dessa data é um acontecimento discursivo para a disputa de sentidos, marcando a possibilidade de o ano de 2019 aparecer nas buscas do *Google* sobre regime/golpe militar. Nada obstante, o efeito de estabilização não é permanente, pois pode ser modificado por outro acontecimento discursivo.

Referências

- Althusser, L. 1980. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.
- Bonatelli, M. L. 2018. Inteligência artificial expõe estereótipos e preconceitos embutidos em conjunto de dados. *Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, São Paulo, Dossiê 204. Disponível na Internet em <http://www.comciencia.br/algoritmos-expoem-estereotipos-e-preconceitos-embutidos-em-conjunto-de-dados/>, acessado em 21.02.2023.
- Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível na Internet em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acessado em 01.02.2023.
- Costa, M. I. S. 2012. O lugar da definição na gramática: efeito de transparência do dizer. *Fragmentum* (33): 49-56. Laboratório Corpus: UFSM.
- Derrida, J. 2001. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Estadão. 2019. Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 de seus discursos como deputado - Infográficos. São Paulo, publicado em 30 mar. 2019. Disponível na Internet em <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>, acessado em 03.05.2019.
- Guimarães, E. 2005. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes.
- Henry, P. 1997. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (3. ed., 13-38). Campinas: Editora da Unicamp.
- Monasta, A. 2010. *Antonio Gramsci*. Recife: Editora Massangana.

- O'Reilly, T. 2013. Open data and algorithmic regulation. In Beyond transparency: open data and the future of civic innovation (1st ed., 289-300). San Francisco: Code for America Press. Disponível na Internet em <http://beyondtransparency.org/chapters/part-5/open-data-and-algorithmic-regulation/>, acessado em 15.02.2023.
- Pêcheux, M. 2010. Ler o arquivo hoje. In Gestos de Leitura: da história no discurso (3. ed., 49-59). Campinas: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. 2006. O discurso: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes Editores.
- Pêcheux, M. 1999. Papel da Memória. In Papel da Memória (49-57). Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. 1997. Análise Automática do Discurso (AAD-69) In Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (3. ed., 61-162). Campinas: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. 1995. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- Ricoeur, P. 1968. História e verdade. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Soares, M. 2018. 2018: o ano em que a inteligência artificial e a burrice natural fecharam parceria. Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, São Paulo, Dossiê 204. Disponível na Internet em <http://www.comciencia.br/2018-o-ano-em-que-inteligencia-artificial-e-burricenatural-fecharam-parceria/>, acessado em 20.02.2023.

Anexo: Títulos dos textos da primeira página do Google, a partir de sete buscas

Busca 1: ditadura militar no Brasil
Ditadura Militar no Brasil – Só História
Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre
Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre
Ditadura Militar no Brasil: resumo, causas e fim – Toda Matéria
Ditadura Militar: golpe, tortura, presidentes, abertura – Brasil Escola
Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes – Politize!
10 mitos sobre a ditadura militar no Brasil Guia do Estudante
Ditadura militar no Brasil: resumo, presidentes e tipos de torturas ...
Golpe de 1964, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas
Ditadura Militar no Brasil – Brasil Escola

Busca 2: ditadura militar no Brasil 2019
Brasil 2019: o contexto para um golpe de estado - Justificando
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro 27.03.2019 – DW
Entenda o golpe de 1964 e as consequências da ditadura militar no país
Pela 1ª vez desde a redemocratização, Brasil tem presidente que ...
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
Cidades brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste ...
Golpe de 1964, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas
Guia para não passar vergonha quando falar de ditadura Cultura ...
Ditadura Militar, golpe, tortura, presidentes, abertura – Brasil Escola

Busca 3: revolução militar no Brasil

Ditadura Militar no Brasil – Só História
Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre
Ditadura Militar no Brasil – Só História
Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes – Politize!
O golpe de 1964 e a instauração do regime militar CPDOC
Revolução ou ditadura militar? – Mundo Educação
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro Notícias e ... – DW
Ditadura Militar no Brasil: resumo, causas e fim – Toda Matéria
Regime Militar – História do Brasil – InfoEscola
Ditadura Militar no Brasil – história do regime militar, resumo
O que é ditadura militar? – Brasil Escola

Busca 4: revolução militar no Brasil 2019
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro 27.03.2019... – DW
Entenda o golpe de 1964 e as consequências da ditadura militar no país
Para Exército, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido – 31...
Do Golpe de 1964 a 2019: permanência das violações de ontem e de ...
Guia para não passar vergonha quando falar de ditadura Cultura ...
Bolsonaro escancara cadáver insepulto da ditadura com celebração ...
Bolsonaro dá asas aos nostálgicos da ditadura no Brasil ...
Golpe de 1964, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas
Regime militar foi trágico e não deve ser comemorado, afirma ...

Busca 5: golpe militar no Brasil
Golpe de Estado no Brasil em 1964 – Wikipédia, a enciclopédia livre
Golpe Militar de 1964 – História do Brasil – InfoEscola
Golpe de 1964: o que foi, contexto histórico ... – Brasil Escola – Uol
O golpe de 1964 e a instauração do regime militar CPDOC
Golpe Militar – Brasil Escola
Ditadura Militar no Brasil – Só História
Golpe Militar de 1964 – História do Mundo
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
55 anos do golpe militar no Brasil – Jornal O Globo

Busca 6: golpe militar no Brasil 2019
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
Do Golpe de 1964 a 2019: permanência das violações de ontem e de ...
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro 27.03.2019 ... – DW
Brasil de Bolsonaro dividido no 55º aniversário do golpe militar ...
Exército brasileiro celebra golpe militar a pedido de Bolsonaro – 31/03 ...
Brasil 2019: o contexto para um golpe de estado – Justificando
Brasil diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos ...
Para Exército, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido – 31 ...

Pela 1ª vez desde a redemocratização, Brasil tem presidente que ...

Busca 7: golpe ou revolução

Entenda a diferença entre golpe e revolução – Jornal O Globo

Golpe ou revolução? – 01/05/2019 – Hélio Schwartsman – Folha

Golpe de 1964 ou Revolução de 1964? | Guia do Estudante

1964: um Golpe ou uma Revolução? – Jornal do Campus

Golpe ou revolução? Historiadores explicam o que aconteceu em ...

Entenda a diferença entre golpe e revolução – Jornal O Globo

1964: golpe ou revolução? | Opinião | EL PAÍS Brasil – El País

31 de março de 1964: o que os militares fizeram foi golpe ou revolução?

Golpe ou revolução? O que pensa a nova direita sobre o 31 de março ...